

Justiça manda PF investigar ex-secretária de Lula por fake news contra vice de Flávio

CAPPELLI - PÁGINA 14

Um debate que refletiu o clima de uma campanha eleitoral de vida ou morte

O primeiro debate entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) foi marcado por muitas trocas de acusações entre os dois, em um cenário no qual a Band proporcionou o embate livre entre os dois candidatos à presidência do país neste segundo turno. A palavra corrupção talvez tenha sido a mais dita entre os dois, na pule de dez. Temas relevantes, como saúde e segurança pública foram poucos explorados, mas aqueles ligados ao calcanhar de ambos, foram os mais falados, como a questão de Lulinha, o filme Dark Horse, Vorcaro, INSS e outros mais.



MAGNAVITA (15), TALES FARIA (2) E PÁGINA 13

Militância faz campanha agressiva; e direita, tímida

PÁGINA 5

Tragédia do feminicídio continua reverberando naqueles que ficam



Filhos enlutados tentam compreender uma morte e dor, que, muitas vezes, sequer conseguem elaborar

Para as estatísticas, mais uma vítima é acrescentada à contagem dos feminicídios, mas para a família, porém, nada mais poderá ser

encerrado em relação ao crime hediondo. E é nesse ponto que uma segunda tragédia silenciosa e de duração imprevisível nasce.

PÁGINA 16

Decisão sobre escala desafia setor hoteleiro

PÁGINA 7

Obra na Marginal do Rio Sorocaba é suspensa

A 1ª Vara Federal de Sorocaba determinou a suspensão imediata de todas as intervenções próximas ao Rio Sorocaba.

PÁGINA 8

Evasiva dos Correios perpetua desassistência

PÁGINA 5

TALES FARIA

DESAFIO FOI GRANDE NOVIDADE DO DEBATE DA BAND

PÁGINA 2

ALEXANDRE GARCIA

PRIMEIRO TURNO JÁ DECIDIU O FUTURO DO BRASIL

PÁGINA 2

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Desafio foi grande novidade do debate da Band; Flávio sem resposta

No início, parecia que a grande novidade do debate da Band entre os candidatos a presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) seria a sessão de lavagem de roupa suja logo no segundo bloco, quando um candidato fazia uma pergunta direta ao outro, seguida de um bate-boca com trocas de acusações sobre corrupção e envolvimento de familiares com Daniel Vercaro, do Banco Master, e a fraude do INSS.

Mas eis que Lula apareceu com um desafio a Flávio Bolsonaro que poderia ser a grande novidade desse período eleitoral e, quiçá, do Brasil nos últimos anos.

Lula propôs a Flávio Bolsonaro que ambos abrissem os seus sigilos bancários, de seus familiares mais próximos e também dos celulares. “Desafio você a abrirmos nossas contas bancárias e sigilos telefônicos, inclusive das nossas famílias inteiras, para saber quem é ladrão”, disse Lula.

Foi lá pelo quarto bloco, e Flávio não respondeu. Desconversou. Falou que o governo é contra o projeto de classificação como terroristas das organizações criminosas e que ele vai implantar no país o programa Smart Brasil, adotado em São Paulo, de computadorização da identificação de criminosos.

ALEXANDRE GARCIA

Jornalista e escritor

Bolsonaro presente

O primeiro turno parece já ter decidido o segundo - e os próximos quatro anos. As chances de Flávio são maiores. Nessas escasas três semanas de campanha até o dia 25, 20 governadores já estão eleitos e livres para trabalhar por Flávio ou Lula. Desses 20 apenas três são do PT: Bahia, Ceará e Piauí. Seis - já contando o Rio - são do PL e os demais de partidos de centro ou centro-direita. Além disso, Flávio tem o trunfo da existência de eleitores que querem ganhar eleição aderindo ao provável vencedor. Flávio sai na frente, com mais chances, já que votos dados a Cury, Renan, Caiado e Zema, tendem, em sua maioria, a ampliar a vantagem do Bolsonaro. Há mais de 158 milhões de eleitores registrados, mas foram quase 120 milhões os votos válidos. Teoricamente, há um potencial de 38 milhões de eleitores, entre abstenções, brancos e nulos - além dos quase 10 milhões de votos que, no primeiro turno, foram dados a outros candidatos que não os dois.

Assim, Flávio com 56,1 milhões de votos e Lula, com 53,8 milhões, vão buscar votos entre quase 50 milhões que não votaram neles. Esse o objetivo dos dois. Nesse potencial, Lula terá mais trabalho, o de anular desses milhões, os 2,2 milhões a mais que Flávio traz do primeiro turno. Os grandes cabos eleitorais serão os governadores e senadores que já tiveram vitórias no primeiro turno. Flávio, aí, tem mais cabos eleitorais, principalmente nos três maiores eleitorados do país: São Paulo, com Tarcísio; Minas, com

Lula depois voltou a provocar o adversário, perguntando por que ele não respondia. E Flávio continuou não tocando no assunto. A propósito essa foi uma outra marca do debate. Lula ficou fazendo perguntas que Flávio não respondia. Depois repetia as perguntas, sublinhava a falta de respostas e dizia que ia parar de perguntar.

Fez isso quando perguntou por que Flávio, como advogado, integrou a equipe jurídica de defesa do ex-cabo da Polícia Militar do Rio de Janeiro Bruno Dias Delaroli, acusado de matar a menina Ana Clara Gomes Machado, de cinco anos.

Depois perguntou, várias vezes sobre o destino dos R\$ 134 milhões que o senador pediu a Daniel Vercaro para o filme Dark Horse. Flávio acabou dizendo que o dinheiro foi usado no filme, mas a produtora só admite uma parte. Lula também insistiu no fato de o escritório de uma das empresas de Flávio Bolsonaro ser localizado no mesmo endereço de empresas do chamado “Careca do INSS”, acusado de fraude nas aposentadorias da Previdência.

Mas quem esperava “um banho” de Lula no adversário se decepcionou. Os blocos em que o debate cara a cara entre os candidatos era praticamente livre (1 minuto para a pergunta, 4 minutos compartilhados para bate-boca e 2,5 minutos para tréplica) protagonizaram o debate, igualando os dois candidatos.

Flávio Bolsonaro ganhou por se colocar em condições de igualdade com um adversário bem mais experiente. Lula ganhou ao mostrar que Flávio não tem respostas para muitas perguntas.

Cleitinho e no Rio, com Ruas. Lula terá palanque, principalmente, no quarto colégio eleitoral, a Bahia, com o governador Jerônimo reeleito; o Ceará, oitavo em eleitores, com o reeleito Elmano. No quinto, Paraná, e no sexto Rio Grande do Sul, Flávio contará com Sérgio Moro, e Zucco, governadores já eleitos. Em Pernambuco, o sétimo em eleitorado, Lula apoiou o derrotado. Me limitei aqui aos estados com mais eleitores.

Entre os puxadores de voto para presidente, estarão os que foram eleitos senadores e carregam milhões de eleitores. No maior colégio, Derrite e Prado serão força para Flávio. No segundo, em Minas, Sávio, do PL, o mais votado, ajuda Flávio; Marília do PT vai ajudar Lula. No Rio, os dois senadores eleitos são PL. Na Bahia. Rui Costa e Jaques Wagner vão reforçar Lula. Nos estados do sul, todos os senadores eleitos vão trabalhar por Flávio. No Nordeste, nem todos estarão com Lula.

Nas composições da Câmara e do Senado a maior bancada é do PL. Esse é mais um argumento que favorece Flávio, pois Lula teria dificuldades com um Congresso de direita majoritária. O Senado ficou com tal composição que pode se tornar o Poder Moderador. Tem força para tirar ministros do Supremo e força para impedir indicados, se o presidente for Lula.

Adélio Bispo, com a facada, ajudou a eleger Bolsonaro. O Supremo, com a condenação de Bolsonaro, desafiou o bolsonarismo, que elegeu a mulher, filhos e o irmão de Jair; a maior parte dos governadores e as maiores bancadas do Congresso. Agora se percebe que Barroso não derrotou o bolsonarismo, apenas o perseguiu e provocou a reação. Bolsonaro, incomunicável em casa, é presença decisiva na eleição.

EDITORIAL

As doenças cardíacas ainda são um pesadelo

A cada 72 segundos, uma pessoa morre por doença cardiovascular no Brasil. Até 16 de outubro de 2026, o país havia registrado 318.945 mortes por essas causas, uma média de 1.194 óbitos por dia. Os números revelam a dimensão de um problema que exige mais do que atendimento hospitalar: é preciso investir em conscientização e prevenção.

Embora as doenças cardiovasculares estejam entre as principais causas de morte no país, muitos fatores de risco podem ser reduzidos com acompanhamento médico e mudanças de hábitos. Hipertensão, diabetes, obesidade, tabagismo, alimentação inadequada e sedentarismo contribuem para o desenvolvimento dessas enfermidades, que podem evoluir silenciosamente até provocar consequências graves, como infartos e acidentes vasculares cerebrais.

Nesse cenário, campanhas de alerta precisam ser permanentes, e não restritas a datas específicas. A população deve receber informações claras sobre alimentação equilibrada, prática de atividades físicas, exames preventivos e sinais que exigem atendimento imediato.

A conscientização desde a infância também é importante para que hábitos saudáveis sejam incorporados à rotina antes do surgimento de doenças crônicas.

A alimentação merece atenção especial. O consumo excessivo de sal, açúcar e alimentos ultraprocessados pode agravar fatores de risco, enquanto uma dieta equilibrada contribui para a proteção cardiovascular. Da mesma forma, combater o sedentarismo não significa exigir mudanças radicais, mas incentivar a prática regular de atividades físicas compatíveis com as condições de cada pessoa.

A responsabilidade, porém, não pode recair apenas sobre o indivíduo. É necessário ampliar o acesso à atenção básica, ao diagnóstico precoce e ao acompanhamento de pessoas com doenças crônicas.

Prevenir doenças cardiovasculares exige informação, acesso à saúde e condições para adotar hábitos mais saudáveis. Quando uma pessoa morre a cada 72 segundos, a conscientização não pode ser tratada como uma iniciativa secundária. Campanhas permanentes e políticas públicas eficazes são fundamentais para reduzir riscos, estimular o cuidado preventivo e evitar mortes que, em muitos casos, poderiam ser prevenidas.

OPINIÃO DO LEITOR

Sotaque arretado

Pela primeira vez na história, a Fórmula 1 vai ter um nordestino no grid. E é pernambucano! Rafael Câmara, 21 anos, nascido no Recife, foi confirmado pela Haas para a temporada 2027.

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057	BRASÍLIA ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-202	SÃO PAULO Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510
---	---	--

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal



Ex-ministros e juristas divulgaram carta em apoio a Lula e Alckmin

Autor do pedido de impeachment de Dilma declara apoio a Lula

Ex-ministros, juristas, economistas e intelectuais divulgaram, no sábado (17), em São Paulo, uma carta de apoio à reeleição do presidente Lula (PT) e do vice Geraldo Alckmin (PSB). Entre os 15 signatários estão Miguel Reale Júnior, um dos autores do pedido de impeachment de Dilma Rousseff, Aloysio Nunes Ferreira, ex-ministro de Michel Temer, Beatriz Cardoso, filha de Fernando Henrique Cardoso, e Rubens Ricupero. O documento defende a estabilidade institucional, a democracia e o desenvolvimento econômico com justiça social e ambiental. Os autores também criticam a candidatura de Flávio Bolsonaro (PL), adversário de Lula no segundo turno. O encontro ocorreu no Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados, na capital paulista, com a presença de Alckmin, Marina Silva(Rede), Fernando Haddad(PT) e Simone Tebet(PSB).

Após 3 mortes, Tarcísio quer rever atuação da PM

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), anunciou, na sexta-feira (16), que vai revisar os procedimentos e treinamentos da Polícia Militar após três pessoas em aparente surto psicológico serem mortas por agentes na capital. Tarcísio afirmou que se reunirá com o comando da corporação na próxima semana para discutir medidas que evitem excessos. Os casos envolveram Camila Pereira da Silva, Gustavo Munis de Santana e Antônio Nunes Batista. As três ocorrências estão sob investigação.

PAULO GUERETA/GOVERNO DO ESTADO SP



Governador comentou sobre as mortes por agentes policiais

Comissão da Alesp debate transporte e serviços

A Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais da Alesp reúne-se terça-feira (20), às 15h30, para analisar projetos e requerimentos. Entre os temas estão a municipalização de trecho da Rodovia Raposo Tavares, a criação da categoria de Município de Interesse Turístico Esportivo e compensações por perdas de ICMS. A pauta inclui pedidos de esclarecimentos sobre a paralisação do VLT em Santos, serviços da Sabesp e atrasos do BRT-ABC, além de propostas de alterações territoriais entre municípios paulistas e demandas da CPTM.

Transporte por aplicativo em SP

Pesquisa da Fundação Seade aponta que 76% dos paulistas utilizam transporte por aplicativo, sendo 26% frequentemente e 50% ocasionalmente. O levantamento ouviu 8.189 moradores do estado entre maio e junho de 2026. Entre os entrevistados, 67% também usam carro próprio e 57%, transporte público. Além disso, 58% consideram que os aplicativos oferecem mais segurança nos deslocamentos.

Presidência da Alesp

A deputada estadual Dani Alonso (PL) é cotada para se tornar a primeira mulher a presidir a Alesp em 2027. Reeleita com 155.573 votos, a parlamentar integra a maior bancada da Casa, com 27 cadeiras. Aliada do governador Tarcísio de Freitas(Republicanos), Dani deve enfrentar uma disputa no próprio PL, com Tenente Coimbra.

Reforma Política

Eleito deputado federal pelo PSDB-SP com 132.866 votos, Paulo Serra pretende retomar no Congresso o projeto de voto distrital misto, aprovado pelo Senado em 2017. A proposta do ex-senador José Serra prevê dois votos por eleitor: um para candidato do distrito e outro para partido. O tucano defende atualizar o texto e ampliar a representação regional.

Secretaria da Saúde

O secretário estadual da Saúde de São Paulo, Eleuses Paiva (PSD), teria pedido para deixar o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos). Procurada pela coluna, a Secretaria de Estado da Saúde informou que não confirma a saída do titular da pasta e que só emitirá um comunicado oficial caso a informação seja confirmada.

Estrada de Ferro do Jordão

O governo de São Paulo sancionou a Lei nº 18.498/2026, que autoriza a transferência dos bens e das atividades da Estrada de Ferro Campos do Jordão para a CPTM. A companhia assumirá contratos e serviços até eventual concessão ou transferência a outros órgãos. O Estado poderá pagar dívidas da ferrovia e manterá os direitos dos empregados.

800 tablets para a Cetesb

A Cetesb homologou licitação de R\$ 1.996.800 para a compra de 800 tablets robustecidos, ao custo unitário de R\$ 2.496. A vencedora do pregão eletrônico nº 250/2026 foi a Torino Informática Ltda. O resultado foi publicado no Diário Oficial de São Paulo nesta sexta-feira (16). A contratação depende do cumprimento das exigências previstas no edital.

Novas regras para dívidas

A Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo (PGE) alterou as regras de cobrança de dívidas inscritas na dívida ativa. A Resolução nº 52/2026 estabelece prazo de 15 dias para pagamento ou contestação, permite o registro de débitos sobre bens e disciplina a responsabilização de sócios e administradores de empresas, mediante apuração de atos ilícitos.



Flávio com a esposa Fernanda e o deputado Nikolas Ferreira

Flávio reúne 71,9 mil pessoas na Paulista a uma semana da eleição

Com Tarcísio e Nunes, candidato critica Lula e promete mudanças no Supremo

Da Redação

O candidato à Presidência da República Flávio Bolsonaro (PL) reuniu 71,9 mil pessoas na Avenida Paulista, em São Paulo, neste domingo (18), segundo estimativa do Monitor do Debate Político da USP/Cebrap e da organização More in Common. A manifestação ocorreu a uma semana do segundo turno das eleições, marcado para 25 de outubro, quando Flávio enfrentará o presidente Lula (PT).

O levantamento apontou público entre 63,3 mil e 80,5 mil participantes, considerando margem de erro de 12%. A contagem foi realizada às 12h20, por meio de fotografias aéreas analisadas com auxílio de inteligência artificial.

Batizado de “Bloquinho do 22”, o ato começou pela manhã e contou com trios elétricos, músicas de campanha e discursos de lideranças políticas. Participaram o governador reeleito de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), o prefeito da capital, Ricardo Nunes (MDB), e o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto.

Também estiveram presentes o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), o presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, André do Prado (PL), e o deputado federal eleito Lucas Pavanato (PL-SP).

Durante o discurso, Flávio afirmou que pretende receber a faixa presidencial das mãos do pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, caso vença a eleição. Ele também prometeu indicar quatro ministros ao Supremo Tribunal Federal (STF) contrários ao aborto e às drogas.

A manifestação ocorreu uma semana depois de Lula participar de um ato na mesma avenida, em 11 de outubro. Os eventos fazem parte da mobilização das duas campanhas para conquistar votos na reta final da disputa presidencial.

No primeiro turno, realizado em 4 de outubro, Flávio recebeu 47,03% dos votos válidos, enquanto Lula obteve 45,16%. A diferença nacional foi de aproximadamente 2,2 milhões de votos.

Em São Paulo, Flávio venceu o primeiro turno com 51,93% dos votos válidos e agora busca ampliar a vantagem sobre Lula, que recebeu 38,20%. A participação de Tarcísio e Nunes reforça a articulação de lideranças estaduais e municipais em apoio ao candidato do PL na disputa presidencial.

O segundo turno será realizado no próximo domingo (25), quando os eleitores decidirão quem ocupará a Presidência da República pelos próximos quatro anos.

DOUGLAS FERREIRA | REDE CÂMARA SP



Comissão pediu à Fazenda a atualização da lista de grandes devedores

CPI dos Devedores: Socicam diz que mantém os pagamentos em dia

A Socicam informou à CPI dos Devedores da Câmara de São Paulo, na quinta-feira (15), que mantém em dia os pagamentos de débitos tributários. O diretor-administrativo Marcílio Carlos Bovolini afirmou que cerca de R\$ 146 milhões se referem a ISS de 1992 a 2000 incluído no Refis. Segundo ele, os depósitos judiciais já foram convertidos ao município, restando ajustes administrativos. Outros R\$ 29,4 milhões, relativos a ISS de 2016 a 2024, estão em parcelamentos regulares, disse o diretor. Ele atribuiu a um erro de conversão monetária o registro de R\$ 2,25 bilhões em extrato da Fazenda. O auditor fiscal Marcelo Tannuri afirmou que a empresa sempre pagou o Refis e que a forma de incorporar depósitos judiciais ampliou a dívida calculada. A comissão pediu à Fazenda a atualização da lista de grandes devedores, com indicação dos valores suspensos por acordos e processos na justiça.

Comissão debaterá regras de bikes e patinetes

A Comissão de Trânsito da Câmara de São Paulo aprovou, na quinta-feira (15), audiência pública sobre a fiscalização de bicicletas elétricas e patinetes na capital. O pedido é da vereadora Renata Falzoni (PSB). O debate tratará dos procedimentos adotados e dos impactos sobre a mobilidade e a convivência nas vias. A fiscalização começou em 13 de outubro. O colegiado também aprovou solicitação para que a frota de ônibus no segundo turno, em 25 de outubro, seja equivalente à oferecida em dias úteis.

LUCAS BASSI / REDE CÂMARA SP



Debate tratará dos procedimentos adotados e dos impactos

Gestão de negócios; curso gratuito em SP

A Prefeitura de São Paulo abriu 150 vagas para o curso gratuito Sampa Empreende, voltado a quem tem negócio, formalizado ou não. As inscrições vão até 6 de novembro em adesampa.com.br/gestaodenegocios. A formação terá 14 encontros e abordará planejamento, finanças, inteligência artificial e precificação. As aulas começam em 9 e 10 de novembro, em cinco turmas nos TEIAs Cachoeirinha, Interlagos, Lapa, Vergueiro e Vila Curuçá. Haverá aulas presenciais, mentorias online e apresentação dos negócios.

SP adota regras de saúde para corridas de rua

A Prefeitura de São Paulo adotou um protocolo de assistência à saúde em corridas de rua. A norma padroniza a estrutura de atendimento, prevê recursos para hidratação e cuidados contra o calor e exige planos médicos segundo o risco da prova. Os organizadores devem apresentar a documentação com ao menos 20 dias úteis de antecedência. As regras também abrangem caminhadas, maratonas e meias-maratonas.

CPI do Jockey dia 20

A CPI do Jockey Club da Câmara Municipal de São Paulo fará reunião ordinária semipresencial em 20 de outubro, das 13h às 15h. O encontro é no Plenário 1º de Maio, no primeiro andar da Casa. A agenda vincula a atividade ao vereador Gilberto Nascimento (PL). A transmissão será acompanhada pela página do plenário, no portal da Câmara.

Segurança vira pauta

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de São Paulo fará audiência pública semipresencial em 21 de outubro, das 10h às 13h, sobre segurança no Orçamento de 2027. A pauta é o PL 752/26. O encontro será no Auditório Prestes Maia, no primeiro andar da Câmara, com transmissão pela página do auditório no portal do Legislativo.

Câmara recebe maçons

A Câmara Municipal cederá espaço para evento alusivo ao Dia do Maçom da Grande Loja Unida do Estado de São Paulo (GLUESP), em 21 de outubro, das 19h às 22h. A atividade será na Sala Sérgio Vieira de Mello, no primeiro subsolo. A agenda registra a cessão pela Presidência e indica a página de transmissão da sala no site da Casa.

Voto e prova de vida

O comparecimento às urnas nas eleições de 2026 poderá servir como prova de vida para beneficiários do INSS. O registro de participação na votação poderá ser usado para comprovar que o segurado está vivo. Com isso, em determinadas situações, o beneficiário poderá ser dispensado de fazer a comprovação em um outro momento.

Consumo de álcool

A Prefeitura de São Paulo oferece o Modera SP, ferramenta do aplicativo e-saúdeSP que avalia o consumo de álcool por meio de dez perguntas. O programa oferece orientações e permite definir metas para reduzir ou interromper o uso de bebidas. Nos casos de maior risco, a UBS é notificada para oferecer acompanhamento ao usuário.

Villa alvo de prisão

A Justiça de São Paulo decretou a prisão do historiador Marco Antonio Villa, de 71 anos, por dívida de R\$ 570 mil em pensão ao filho de 45 anos, que tem deficiência. O mandado foi expedido em 8 de outubro. Villa afirma não ter condições de arcar com o valor e diz que vendeu bens para pagar a pensão. O processo corre em segredo de Justiça.



Nunes atribuiu caráter eleitoral ao anúncio do Presidente da República

Nunes critica plano de Lula para ônibus gratuitos

Prefeito contesta promessa e cita gratuidade aos domingos em SP

Da **Redação**

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), criticou na sexta-feira (16) a proposta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de garantir ônibus gratuitos aos fins de semana e feriados. Nunes atribuiu caráter eleitoral ao anúncio e questionou a possibilidade de cumprimento da promessa. A declaração ocorreu durante visita às obras da futura estação Penha da Linha 2-Verde do Metrô.

O prefeito participou da agenda ao lado do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). Em entrevista à imprensa, ambos contestaram a iniciativa apresentada por Lula, que condicionou o encaminhamento da proposta à sua reeleição. O presidente pretende enviar o texto ao Congresso Nacional em 2027.

Ao criticar o anúncio presidencial, Nunes também destacou que a capital paulista já oferece gratuidade nos ônibus municipais aos domingos. O programa Domingão Tarifa Zero está em vigor desde 2023. A proposta de Lula prevê isenção da passagem aos sábados, domingos e feriados nas cidades brasileiras com transporte coletivo.

O presidente anunciou a intenção de apresentar uma

Proposta de Emenda à Constituição (PEC) na quinta-feira (15), durante a campanha para o segundo turno das eleições. Lula indicou emendas parlamentares como fonte de financiamento. A medida dependerá da análise e da aprovação dos parlamentares para ser implementada.

Tarcísio acompanhou as críticas de Nunes e cobrou estudos sobre o custo da gratuidade e a origem do dinheiro necessário para financiá-la. O governador defendeu que a ampliação de benefícios seja acompanhada de garantias de sustentabilidade financeira, para evitar comprometimento da operação e da qualidade dos serviços.

Como referência, Tarcísio mencionou cerca de R\$ 9 bilhões anuais em subsídios estaduais ao transporte. A Secretaria dos Transportes Metropolitanos esclareceu que a previsão para 2026 é de R\$ 9,4 bilhões destinados ao sistema sobre trilhos, considerando remuneração, repasses às concessionárias, gratuidades e outras compensações.

Apesar dos questionamentos, o governador sinalizou apoio caso sejam apresentados estudos que demonstrem a viabilidade da proposta e esclareçam também como as despesas serão pagas.



Feed, com as últimas postagens do PL Campinas na sexta-feira (16)

Militância de esquerda faz campanha agressiva; enquanto direita, tímida

Enquanto a esquerda de Campinas aposta em uma mobilização intensa e contínua nas redes e nas ruas, a direita local atua de maneira tímida e desarticulada neste segundo turno das eleições. De um lado, militantes progressistas investem pesado em postagens diárias a fim de reforçar a campanha de Lula à reeleição. Utilizam sobretudo stories dinâmicos, formato que lidera o engajamento digital, convocando para atos presenciais, como o de sábado (17), no Centro, e no domingo (18), no Campo Grande. Em contraposição, a direita municipal limita-se a ações isoladas, sem atos próprios ou divulgação massiva. Vereadores concentram-se em replicar pautas nacionais e críticas ao atual governo, restringindo a atuação a stories pontuais e publicações antigas no feed. Na sexta-feira (16), a página oficial do PL Campinas, por exemplo, exibia como último post uma publicação de 21 agosto, pedindo votos para o 1º turno.

“Macunaíma Dorme”

A ausência de agendas locais ganha ainda mais peso quando comparada ao cenário da capital, onde o “Bloquinho do 22”, encabeçado por Nikolas Ferreira na Avenida Paulista, demonstra empenho real em apoio a Flávio. Enquanto os progressistas ocupam Campinas com militância ativa e presença constante, a direita campineira deixa as ruas vazias e perde uma oportunidade decisiva de engajar diretamente o eleitorado indeciso.

Cantinho do Palácio dos Jequitibas: Zeladoria

Entre as sugestões de pauta enviadas recentemente pela prefeitura para a divulgação pela imprensa sobre os feitos da Administração encontra-se “várias ações de manutenção e zeladoria pela cidade”. As “ações abrangem reparo em passarela, manutenção na rede de drenagem, roçagem e limpeza em vários bairros, entre outros serviços”. O texto ainda ressalta que “são mais de dez equipes atuando em diversas frentes de trabalho”. Na quinta (15), por exemplo, uma equipe fez “manutenção do guarda-corpo da passarela sobre a Aquidabã”.

PREFEITURA DE CAMPINAS



Manutenção do guarda-corpo da passarela sobre a Aquidabã

“Rara Avis” (Juvenal)

O comunicado ainda informa que a manutenção do guarda-corpo da passarela “consiste na avaliação das placas e na substituição das unidades que apresentarem algum tipo de dano” e que “a estrutura é composta por ferragem recoberta por um molde de cimento”. Informa ainda que “a responsabilidade pela manutenção das passarelas em vias dentro da cidade é do município”.

PINGA-FOGO

Descaso estatal

O **Correio da Manhã** questionou os Correios do motivo da empresa ter fechado a única agência no distrito de Sousas e insistir em não reabri-la, apesar dos ofícios da vereadora Débora Palermo (PL) explanando os prejuízos à população, sobretudo a rural, que depende do serviço de postagens e entregas.

Verbiagem

Em resposta, a estatal declarou que “as atividades da agência Sousas foram absorvidas pelas demais 15 agências dos Correios, bem como pelos Pontos de Coleta em Campinas, assegurando o atendimento à população local”. O argumento corporativo, entretanto, é capcioso porque não resolve o problema, já que não assegura o atendimento no distrito.

Muito mais longe

O fato é que a distância entre Sousas e a região central de Campinas é de no mínimo 10 km, variando conforme o ponto de partida, ou seja, limitando o atendimento de quem mais depende do serviço, quando não impedindo-o, dada a dificuldade de deslocamento, sobretudo da zona rural. Diante dos transtornos, o **Correio da Manhã** voltou a questionar a empresa.

Discurso oco

A estatal respondeu solicitando o telefone da coluna, mas foi informada de que a resposta deveria vir por escrito. Na sequência, limitou-se a responder enviando um link com o endereço das unidades centrais de Campinas, sem apresentar nenhuma solução prática para os moradores afetados pelo fim do atendimento local.

Imputação indébita

Na primeira resposta, a estatal chegou a emputar a solução para a iniciativa privada: “O município está habilitado para a implantação de novos Pontos de Coleta, estabelecimentos parceiros credenciados e autorizados pelos Correios para a postagem e retirada de encomendas”, o que nos leva, senhores, a pensar:

Justa atribuição

Se o modelo funciona, por que a própria empresa pública não assume a responsabilidade de encontrar parceiros no distrito? Afinal, é o própria estatal que sustenta que “essa modalidade amplia a capilaridade da rede de atendimento e oferece mais opções de acesso aos serviços em diferentes localidades”.



Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em Campinas

TRT-15 cadastra entidades para receberem bens e verbas judiciais

Chamamento público visa orientar magistrados na destinacao de valores

Por **Raquel Valli**

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15) sediado em Campinas está cadastrando entidades sem fins lucrativos e organismos públicos interessados em receber bens e recursos financeiros decorrentes de reparações trabalhistas e de danos morais coletivos fixados em decisoes judiciais. Busca formar um cadastro unificado para orientar os magistrados da Justica do Trabalho na destinação de verbas oriundas de atuações jurisdicionais.

As inscrições estão abertas para instituições privadas sem fins lucrativos que desenvolvam ações voltadas à promoção de direitos sociais bem como para órgãos públicos das esferas federal estadual distrital e municipal.

Para fazer a solicitação, os representantes legais das entidades devem preencher o formulário eletrônico disponível no portal do tribunal (<https://trt15.jus.br>) e anexar a documentacao exigida. Entre os documentos solicitados estão o ato constitutivo atualizado, comprovantes de eleição ou nomeação da diretoria, comprovante de utilidade pública, além de declaração de ausência de parentesco de até terceiro grau entre os ges-

tores da instituição e magistrados ou servidores da corte.

O cadastramento no banco de dados não assegura o repasse de verbas ou a doação imediata de bens materiais, servindo como uma base de consulta pública e transparente para os juizes que mantêm total independência funcional na escolha dos beneficiários. As entidades selecionadas para projetos deverão assinar um Termo de Recebimento e um Plano de Cooperacao Técnica.

Os instrumentos exigem a abertura de conta bancária exclusiva para gerenciar os valores repassados e estabelecem a obrigação rigorosa de prestação de contas dos investimentos realizados. O não cumprimento das exigências estabelecidas implica o indeferimento do pedido ou a suspensão da parceria.

O edital não estabelece um prazo limite ou data final especifica para as inscrições, tratando-se de um cadastramento prévio de fluxo continuo disponível para as instituições interessadas. O documento estabelece apenas as regras, condições e documentos necessários para que os interessados requeiram o cadastramento a qualquer tempo por meio do formulário próprio disponível.

Atos pró-Lula movimentam Campinas no fim de semana

CÁSSIA BELINI

Manifestações no fim de semana uniram cultura, juventude e trabalhadores em várias regiões

Por **Moara Semeghini**

Com uma extensa agenda de ações organizadas em apoio à reeleição do presidente Lula, parlamentares de esquerda, a militância, movimentos sociais, juventudes e o setor cultural de Campinas percorreram a cidade do Centro aos distritos e periferias, realizando um grande ciclo de mobilizações entre os dias 16 e 18 de outubro.

A iniciativa foi articulada em conjunto pelo pelo Campinas pela Democracia, Juventudes pela Democracia, e pelo Coletivo Juntos!. Contou também com a organização e participação de vereadores de Campinas que apoiam a reeleição do presidente, como Gustavo Petta (PCdoB), Mariana Conti (PSOL), Paolla Miguel (PT) e Fernanda Souto (PSOL).

As mobilizações pela reeleição de Lula têm ocorrido de forma contínua em diversas regiões do País desde a semana passada. No dia 11 de outubro, atos nacionais ganharam destaque, incluindo a grande manifestação na Avenida Paulista, em São Paulo, que reuniu cerca de 1 milhão de pessoas segundo a organização do PT, além de expressivas caminhadas em Campinas. Neste último fim de semana, por sua vez, a Avenida Paulista foi palco de ato em apoio ao candidato Flávio Bolsonaro (PL). Já em Campinas, a reportagem não localizou atos a favor do candidato do PL no mesmo período. No Rio, a praia de Copacabana ficou lotada de apoiadores de Lula.

O ciclo em Campinas reuniu caminhadas, atos culturais, carreatas, panfletagens e atividades esportivas. Mais de 80 artistas, coletivos, produtores culturais, Pontos de Cultura e blocos carnavalescos se uniram na mobilização que levou



Corre do Lula, neste domingo (18) no Taquaral, organizado pelo vereador Gustavo Petta (PCdoB); ao lado, a vereadora Paolla Miguel (PT)

MOARA SEMEGHINI / CORREIO DA MANHÃ



arte, batucue e diversidade para praças, parques e ruas. Presente nas ações do Centro de Convivência, a vereadora Fernanda Souto (PSOL) comemorou a adesão do público: “Dia histórico aqui em Campinas, Centro de Convivência lotado pela virada do presidente Lula. Com a força das mulheres, da juventude organizada, nas redes, vamos reeleger o presidente Lula!”, afirmou.

Na manhã de domingo (18), o Parque Taquaral foi palco do

Corre com Lula, reunindo corredores e apoiadores vestidos em tons de vermelho e amarelo. O ato foi organizado pelo vereador Gustavo Petta (PCdoB) com o apoio de Pancha Ratna, profissional de Educação Física da Unicamp.

Em registro gravado durante a chegada da corrida, Petta celebrou o engajamento. “Bora, bora! Olha que maravilha tá o Taquaral, cheio de vermelho, de verde e amarelo; o verde e amarelo é nosso! O Corre com

“Estamos mostrando a nossa força de maneira coletiva e dialogando com as pessoas”

Maria Eduarda Motta
Coletivo Juntos!

Coletivo organizado por jovens e artistas fazem cartazes em ato pró Lula no Teatro de Arena do Centro de Convivência neste sábado (17)

Lula em Campinas foi um sucesso. Agora é não sair das ruas, das redes, para conquistar essa vitória histórica no dia 25!”.

JUVENTUDE

A juventude teve papel central tanto na organização de oficinas quanto nos atos de rua. Maria Eduarda Motta, integrante do coletivo Juntos! e uma das organizadoras da Oficina de Cartazes com as Juventudes na Estação Cultura e no Convivência, destacou a impor-

tância de ocupar o espaço público nesta reta final: “Falando sobre a juventude, o resultado do 1º turno nos deixou muito preocupados, mas com a certeza de algo: precisamos nos mobilizar e é com a união do povo que fazemos a força. Desde o primeiro instante do segundo turno, nós do Juntos! estamos ativamente participando das mobilizações porque acreditamos que só ocupando as ruas, mostrando a nossa força de maneira coletiva e dialogando com as pessoas é que podemos ganhar essa eleição”, afirmou.

Segundo a estudante, os atos em Campinas, historicamente uma cidade conservadora, chamados pela juventude em 11 e 17 de outubro “mostram que nossa cidade não está dominada. Estamos juntos mostrando que seremos resistência e linha de frente nessa campanha”, afirmou. “Além disso, nossa preocupação vai muito além da eleição em si: é a preocupação pelos nossos direitos e a consciência de que o projeto autoritário representa uma ameaça à nossa democracia. Historicamente a juventude é linha de frente em momentos de resistência e seguiremos assim. Não nos silenciaremos quando são os nossos direitos que estão em jogo”, disse Maria Eduarda Motta.

CORREIO
GRANDE CAMPINAS

VALERIA BUGAIOVA / UNSPLASH



ANTONIO AUGUSTO/ASCOM/TSE

Acordo com MPT busca prevenir assédio eleitoral e proteger voto

Empresa de Hortolândia firma acordo contra assédio eleitoral

A fabricante de equipamentos de segurança Safetline, de Hortolândia, firmou um Termo de Ajuste de Conduta com o Ministério Público do Trabalho para prevenir o assédio eleitoral. A medida ocorreu após denúncia de que funcionários teriam sido reunidos durante o expediente para um ato político com candidatos e a presença do prefeito. Pelo acordo, a empresa não poderá pressionar trabalhadores por escolhas políticas, ameaçá-los, oferecer vantagens ou promover propaganda eleitoral no ambiente de trabalho. Também deverá liberar empregados escalados no dia da votação com tempo suficiente para votar, sem desconto salarial ou compensação de horas. As medidas incluem terceirizados que atuam no local ou sob orientação da empresa. O TAC deverá ser divulgado aos funcionários em até 24 horas. O descumprimento pode resultar em multa de R\$ 10 mil por cláusula violada, após apuração pelo MPT e oportunidade de defesa.

Esclarecimento da BRK sobre falta d'água

Na edição de fim de semana, o jornal publicou uma reportagem sobre a falta de água em Sumaré. Como a BRK Ambiental não enviou seu posicionamento a tempo do fechamento do impresso, a manifestação foi incluída posteriormente na versão on-line. A empresa informou que retomou a captação no Rio Atibaia na quinta-feira (15), após análises descartarem riscos à água. A interrupção preventiva ocorreu após a identificação de odor de diesel, em decorrência de um tombamento em Campinas.

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SUMARÉ



BRK esclarece interrupção no abastecimento em Sumaré

Vinhedo irá atualizar o inventário turístico.

Vinhedo firmou uma parceria com a Universidade de São Paulo (USP) para revisar o Plano Diretor de Turismo, atualizar o inventário turístico e pesquisar o perfil dos visitantes. Nos próximos dias, estudantes e professores farão atividades de campo com apoio da prefeitura e do setor turístico. O levantamento identificará atrativos, oportunidades e desafios, e dados coletados ajudarão a orientar políticas públicas e ações para fortalecer o turismo e impulsionar o desenvolvimento local. A pesquisa avaliará o perfil dos turistas!

Monte Mor participa da Feira do Sebrae 2026

Monte Mor participa da Feira do Empreendedor Sebrae 2026, de 19 a 22 de outubro, no São Paulo Expo, na capital paulista. O evento aborda gestão, inovação e negócios. Moradores inscritos poderão visitar a feira no dia 20, com transporte oferecido pela prefeitura. A iniciativa busca ampliar conhecimentos, incentivar o empreendedorismo, fortalecer pequenos negócios e identificar oportunidades do mercado.

Inteligência Artificial

Paulínia aprovou projeto que obriga a prefeitura a informar o uso de inteligência artificial nos canais digitais de atendimento. A proposta de Messias Brito depende de sanção do prefeito. Também foi aprovado atendimento preferencial a pessoas com lúpus, e um projeto de regularização de imóveis teve regime de urgência aprovado.

Cadastro do SUS

Monte Mor realiza na próxima quarta-feira (21), das 8h às 12h, mutirão para atualização de cadastros do SUS nos bairros Jardim Paulista, Jardim Paviotti e Jardim Colina. Agentes comunitários de saúde orientarão os moradores e atualizarão as informações para auxiliar no acompanhamento das famílias e no planejamento dos serviços.

Capacitação de equipe

O Hospital Municipal Dr. Walde-mar Tebaldi, em Americana, realizou um simulado de abandono de área com equipes do hospital. A evacuação foi concluída em 1 minuto e 23 segundos, 35 segundos a menos que no exercício do ano passado. A ação avaliou procedimentos de emergência, rotas de fuga e preparo dos profissionais para situações de risco.

Segurança alimentar

Sumaré participa da 31ª Semana da Alimentação do Estado de São Paulo, realizada, na capital. Representantes das secretarias de Inclusão Social e Educação debatem segurança alimentar, alimentação escolar e agricultura familiar, com foco na integração de políticas públicas, no fortalecimento da produção local e na melhoria da qualidade.

Operação El Niño 2026

O prefeito de Nova Odessa, participou na última semana do III Congresso Internacional de Resiliência Climática 2026, na sede do Governo do Estado. O evento lançou a Operação El Niño 2026 e debateu estratégias de prevenção de desastres naturais e preparação para crises climáticas, com participação da Defesa Civil municipal.

Novo formato de conta

A Coden Ambiental adotará, a partir de novembro, novo formato para as contas de água em Nova Odessa, em adequação à Reforma Tributária. A fatura passará a ser o DANFAG, sem alteração nas tarifas, vencimentos ou formas de pagamento. A concessionária orienta os consumidores a manterem o CPF ou CNPJ atualizado no cadastro.



Adaptação pode exigir novas contratações e mudanças nas escalas

Fim da escala 6x1 traz desafios para hotelaria e turismo na RMC

Impactos nos custos e na organização das equipes são o foco das discussões

Por **Jéssica Esteves**

A mudança na escala 6x1 impõe desafios para os setores de hotelaria e turismo da Região Metropolinada de Campinas que dependem de equipes para manter o atendimento durante toda a semana, inclusive à noite, aos fins de semana e feriados. Entre as principais questões estão a reorganização das jornadas, a necessidade de novas contratações e os possíveis reflexos nos custos operacionais.

A Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH Nacional) manifestou preocupação com os efeitos financeiros da proposta. O presidente da entidade, Sérgio Pereira Gaspar, defende maior diálogo e planejamento para avaliar as consequências da mudança para os empreendimentos hoteleiros.

A preocupação também foi mencionada pela Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV Nacional), que alertou para possíveis impactos na estrutura de custos e no funcionamento das empresas do setor. A entidade aponta a necessidade de conciliar as condições de trabalho dos profissionais com a continuidade do atendimento aos viajantes.

Na hotelaria, a adaptação

pode envolver a redistribuição dos turnos de recepção, limpeza, governança, cozinha e manutenção. Já nas agências de viagens, a organização das equipes precisa considerar os horários de atendimento e a assistência aos clientes durante os deslocamentos. Em ambos os segmentos, eventuais mudanças podem exigir revisão das escalas e do dimensionamento das equipes.

Os efeitos sobre as despesas e os preços dos serviços, entretanto, dependerão das características de cada negócio, do modelo de jornada adotado e da necessidade de contratação de profissionais. Por outro lado, a redução da jornada também coloca em debate questões como descanso, qualidade de vida e retenção de trabalhadores.

A discussão envolve, portanto, o desafio de adequar a organização do trabalho às novas regras sem comprometer a continuidade dos serviços turísticos. A dimensão dos impactos dependerá do formato definitivo da mudança e das condições estabelecidas para sua implementação.

A adaptação pode exigir novas contratações e mudanças nas escalas para manter o atendimento contínuo em hotéis e agências de viagem.



Sorocaba recebe R\$ 9,5 milhões para centro de apoio a mulher

Sorocaba recebe R\$ 9,5 mi para centro de apoio a mulher

Sorocaba teve confirmada a liberação de R\$ 9,5 milhões em recursos do Governo Federal para a construção e equipagem de uma unidade da Casa da Mulher Brasileira, conforme comunicado da Caixa Econômica Federal ao Poder Legislativo municipal. A Casa da Mulher Brasileira é um equipamento público projetado para reunir, em um mesmo espaço, diversos serviços integrados de proteção e acolhimento a mulheres em situação de violência, oferecendo atendimento multidisciplinar que engloba apoio psicossocial, delegacia especializada, juizado, defensoria e suporte à autonomia econômica. Como contrapartida para a execução do projeto, o município deverá doar a área onde o prédio será erguido, na Zona Norte da cidade, além de aplicar R\$ 96 mil em recursos próprios para a aquisição de equipamentos, sendo que o início das obras dependerá da assinatura final do convênio.

PAT de Itapetininga oferece mais de 300 vagas

O Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) de Itapetininga (SP) está oferecendo 360 vagas de emprego nesta segunda-feira (19), contemplando diferentes funções e níveis de experiência para quem busca inserção ou recolocação no mercado profissional. Os interessados devem comparecer pessoalmente à unidade, que fica localizada na Rua Monsenhor Soares, nº 251, no Centro de Itapetininga (SP), apresentando documentos pessoais como RG, CPF, carteira de trabalho além do comprovante de residência.



Oportunidades contemplam diferentes áreas profissionais

Orçamento de Itapetininga supera R\$ 1 bilhão

O projeto de lei do orçamento municipal de Itapetininga (SP) para o ano de 2027 ultrapassou a marca de R\$ 1 bilhão, representando um aumento de cerca de R\$ 79 milhões em relação ao exercício anterior. Do montante total previsto na proposta orçamentária, a fatia destinada a novos investimentos na cidade foi fixada em R\$ 18,82 milhões, o que corresponde a 1,8% da receita global do município. Essa peça orçamentária detalha as estimativas de arrecadação de tributos e o planejamento de despesas do governo para o período.

São Roque realiza Caminhada do Outubro Rosa

A Prefeitura de São Roque realiza no dia 24 de outubro a Caminhada do Outubro Rosa, com concentração marcada para as 15h30 na Avenida Bandeirantes. O evento visa conscientizar a população sobre a saúde da mulher e a prevenção ao câncer de mama e de colo do útero. As primeiras 450 pessoas que realizarem o cadastro prévio pelo site oficial da Prefeitura garantem uma camiseta exclusiva do evento.

Quilombola de São Roque

A Comunidade Quilombola do Carmo, em São Roque (SP), promove uma campanha de arrecadação de doações para a Festa das Crianças, agendada para 24 de outubro. A iniciativa busca arrecadar alimentos, descartáveis e recursos para aluguel de brinquedos, visando beneficiar cerca de 600 crianças do bairro e de localidades vizinhas.

SAAE paralisado em Salto

O SAAE de Salto paralisou preventivamente as atividades na ETA João Jabour após tempestade que elevou o nível do Ribeirão Buru. Houve remoção de equipamentos para evitar danos por alagamento. A autarquia orienta a população da região afetada a economizar água, já que não há previsão para o restabelecimento do serviço.

Atividade literária

A Biblioteca Infantil Municipal de Sorocaba (SP) sedia nesta segunda-feira (19), às duas da tarde, a atividade literária “Entre Linhas e Ideias: café e leitura”. Voltada para maiores de seis anos, a programação gratuita une mediação de leitura, debate, artes visuais e música para estimular o acesso ao acervo e o pensamento crítico.

Marido de prefeita preso

O secretário municipal de Governo de Bauru e marido da prefeita Suéllen Rosim, Renato Purini, foi preso preventivamente em uma operação do Gaeco que apura suspeitas de fraude em licitação e corrupção relacionadas a um contrato de resíduos sólidos. A administração municipal informou que colabora com as investigações.

Rio recua em Itapetininga

Embora o nível do Rio Itapetininga venha baixando gradativamente, há ainda três áreas dos bairros Alciati e Porto continuam alagadas e impedem o retorno dos moradores. A Prefeitura de Itapetininga continua mantendo suas equipes no local para auxiliar na remoção de materiais danificados, na limpeza e no monitoramento constante.

Médico na Praça

A clínica móvel do programa “Médico na Praça” circulará por diferentes bairros de Sorocaba nesta semana. As unidades atenderão a população com consultas, aferição de pressão e exames de glicemia, direcionando a estrutura para áreas com maior vulnerabilidade. Para consultar o médico, basta apresentar documento com foto no local.



Vegetação localizada às margens do Rio Sorocaba

Justiça Federal paralisa obras na Marginal do Rio Sorocaba

Decisão atende ao MPF e fixa multa de R\$ 50 mil por descumprimento.

Da **Redação**

A Primeira Vara Federal de Sorocaba determinou a suspensão imediata de todas as intervenções urbanísticas voltadas ao prolongamento da Alameda Batatais, projeto popularmente conhecido como Marginal Direita do Rio Sorocaba. A decisão, proferida pela juíza Raquel Alice Zilli Cavalcante, atende a uma Ação Civil Pública ajuizada em agosto de 2026 pelo Ministério Público Federal (MPF) e estipula uma multa diária no valor de R\$ 50 mil para a Prefeitura de Sorocaba e para as empresas consorciadas em caso de descumprimento injustificado.

O despacho judicial paralisa de forma integral a supressão de vegetação, o corte de árvores, o avanço do processo de terraplenagem, qualquer tipo de movimentação de solo e a pavimentação asfáltica no trecho compreendido pelo empreendimento. Além disso, a ordem extingue temporariamente a eficácia das licenças ambiental prévia e de instalação, bem como da autorização para desmatamento concedidas anteriormente pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

A contestação formulada

pelo órgão ministerial fundamenta-se em possíveis irregularidades no processo de licenciamento conduzido pelo órgão estadual. O MPF argumenta que a obra impacta severamente áreas de preservação permanente e deixa de contemplar devidamente os reflexos socioambientais sobre comunidades tradicionais do entorno, incluindo a Associação Quilombola José Joaquim de Camargo, que não teria sido formalmente consultada segundo as diretrizes legais vigentes.

Apesar do bloqueio rigoroso sobre o avanço do traçado viário, a magistrada estabeleceu salvaguardas para conter potenciais tragédias ambientais decorrentes do abandono das frentes de trabalho. A administração municipal e o consórcio responsável estão autorizados a executar exclusivamente ações emergenciais de segurança ambiental. Entre as exceções permitidas figuram obras de drenagem provisória, estabilização de taludes, manutenção de mantas geotêxteis para contenção de sedimentos em áreas de bota-espera, controle contra o assoreamento do leito do rio Sorocaba e a preservação das mudas nativas plantadas em cumprimento aos acordos de compensação ambiental.

CORREIO
ECONÔMICO

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL



Ministro cita financiamento e capacitação para apoiar transição

Governo prevê crédito a empresas afetadas por fim da 6x1, diz Durigan

A equipe econômica estuda oferecer linhas de crédito e programas de capacitação para empresas que enfrentarem dificuldades com o fim da escala de trabalho 6x1, disse nesta sexta-feira (16) o ministro da Fazenda, Dario Durigan. Segundo ele, o impacto da emenda constitucional sobre os empregadores ainda será avaliado, mas o governo prevê financiamento específico para a transição. “É possível que a gente faça, por exemplo, uma espécie de linha de crédito ou de capacitação para a inovação”, afirmou Durigan em entrevista à TV Band nesta sexta-feira (16). A medida, ressaltou o ministro, busca ajudar os negócios a se adaptarem à nova jornada, com investimentos em inovação e produtividade. Durigan também mencionou que o governo pretende apoiar empresas afetadas pela reforma tributária.

Atividade econômica tem alta de 0,3%

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IB-C-Br), indicador usado para acompanhar a evolução da economia brasileira, ficou estável com variação de 0,3% em agosto de 2026 na comparação com julho, informou nesta sexta-feira (16) o Banco Central. Em relação a agosto de 2025, o indicador registrou crescimento de 1,2%. Nos últimos 12 meses, a alta acumulada é de 1,6%. As informações que compõem o indicador abrangem os setores da indústria, de serviços e da agropecuária.

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL



Indústria cresceu 0,9% no mês; índice subiu 1,6% em 12 meses

Segurança alimentar exige esforço coletivo

Produtores da agricultura familiar e líderes de cozinhas solidárias comemoram o Dia Mundial da Alimentação, na sexta-feira (16), com a certeza de que é possível manter o Brasil fora do Mapa da Fome por meio do esforço coletivo. Em julho, a ONU reafirmou que o país manteve abaixo de 2,5% o percentual da população subnutrida nos últimos três anos. Isso foi possível graças ao trabalho de pessoas como dona Maria do Cerrado, liderança comunitária à frente da Cozinha Solidária Cantinho da Vovó, em Brasília.

Armazenamento e preparo de aliemntos

Três vezes por semana, dona Maria e outros 37 voluntários se revezam na separação, no armazenamento e no preparo dos alimentos, na arrumação das mesas e na recepção daqueles que chegam em busca não só de alimento, mas também de acolhimento. Dona Maria diz que muitos problemas familiares e até mesmo casos de violência são solucionados em volta da mesa.

Impacto social I

Projetos de impacto social podem se inscrever até 31 de outubro para receber recursos do Banco do Brasil (BB). A instituição abriu edital de 2026 do Programa Mãos Dadas, que também inclui projetos de saúde e, a partir deste ano, empreendimentos de reciclagem e de economia circular. Podem participar iniciativas já aprovadas.

Impacto social II

A novidade desta edição é a inclusão de projetos amparados pela Lei de Incentivo à Reciclagem. O programa contempla duas frentes. A primeira mantém o apoio a projetos sociais e de saúde voltados a públicos específicos. A segunda é destinada a iniciativas de reciclagem e economia circular.

Risco de retração I

A estagnação ou cortes no valor dos benefícios sociais e previdenciários poderão causar uma retração severa à atividade econômica em municípios do interior, mostra levantamento do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades, da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, lançado nesta semana.

Risco de retração II

Segundo o estudo, as aposentadorias, o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) têm peso significativo na economia dessas cidades e chegam a representar quase metade do orçamento das famílias mais pobres. De acordo com o levantamento, dos 5.569 municípios brasileiros, cerca de 4 mil estão fora das regiões metropolitanas.

Sector de panificação I

No Dia Mundial do Pão, celebrado na sexta-feira (16), os números mostram a força do setor. Segundo o Sebrae no final da primeira quinzena de outubro a partir de dados da Receita Federal, foram criados, entre janeiro e setembro deste ano, 81.437 pequenos negócios ligados ao comércio e à fabricação de produtos de panificação.

Sector de panificação II

O levantamento considerou registros de empresas abertas nos CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) “Comércio Varejista de padaria, laticínio, doces, balas e semelhantes” e “Fabricação de produtos de panificação”. O resultado representa um crescimento de aproximadamente 22,5% em relação ao mesmo período de 2025.



A projeção faz parte do documento Perspectivas da Economia Mundial

Brasil deve voltar a ser 8ª maior economia do mundo em 2027

FMI prevê que crescimento do PIB fará país ultrapassar Itália e Rússia

Da **Redação**

O Brasil deve voltar ao posto de oitava maior economia do mundo em 2027, deixando para trás Rússia e Itália.

A projeção faz parte do documento Perspectivas da Economia Mundial, divulgado nesta semana pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

De acordo com o estudo, o Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de todos os bens e serviços produzidos no país) brasileiro alcançará US\$ 2,80 trilhões (R\$ 14,65 trilhões) no ano que vem.

Em 2026, o país termina na décima posição do ranking, com PIB de US\$ 2,655 trilhões.

Para 2027, a lista mantém os Estados Unidos como maior potência econômica, seguida pela China.

A última vez em que o Brasil ficou no oitavo lugar foi em 2017. De acordo com a estimativa do FMI, o país segue na oitava posição até 2031, último ano projetado.

A melhor posição já ocupada pelo Brasil no ranking global de PIB foi a sétima posição, alcançada em 1995 e de 2010 a 2014.

Um dos destaques da previsão do FMI é a Índia, que salta do sexto para o quarto lugar e ultrapassa Reino Uni-

do e Japão. Em 2031, a Índia deve tomar o terceiro lugar, da Alemanha.

Estados Unidos e China devem ocupar os dois primeiros lugares do ranking, nesta ordem, até 2031.

O PIB é o conjunto de todos os bens e serviços produzidos em uma localidade em determinado período. Com o dado, é possível traçar o comportamento da economia do país, estado ou cidade, assim como fazer comparações internacionais.

O PIB é calculado com o auxílio de diversas pesquisas setoriais, como comércio, serviços e indústria.

CONFIRA O TOP 10 DAS ECONOMIAS MUNDIAIS, SEGUNDO A PROJEÇÃO DO FMI, INSTITUIÇÃO MULTILATERAL VINCULADA ÀS NAÇÕES UNIDAS.

1. Estados Unidos: US\$ 34,44 trilhões
2. China: US\$ 22,94 trilhões
3. Alemanha: US\$ 5,66 trilhões
4. Índia: US\$ 4,52 trilhões
5. Reino Unido: US\$ 4,49 trilhões
6. Japão: US\$ 4,47 trilhões
7. França: US\$ 3,65 trilhões
8. Brasil: US\$ 2,80 trilhões
9. Itália: US\$ 2,77 trilhões
10. Rússia: US\$ 2,68 trilhões

RODRIGO COCA / AGÊNCIA CORINTHIANS



Com 32 pontos, ocupa a 16ª colocação e está a uma posição do Z4

Corinthians busca reação após a sequência de derrotas no Brasileirão

O Corinthians tenta reagir no Campeonato Brasileiro nesta segunda-feira (19), quando recebe o Vitória, às 20h, na Neo Química Arena, pela 31ª rodada. O time vem de derrota por 4 a 1 no clássico diante do Palmeiras no domingo (11), a oitava seguida no Campeonato Brasileiro da Série A. Com 32 pontos, ocupa a 16ª posição e está ameaçado pela zona de rebaixamento. A equipe só permaneceu fora do Z-4 após o empate entre Grêmio e Internacional e precisa voltar a pontuar para evitar que a situação se agrave na reta final. O confronto ocorre em meio à mudança no comando técnico. Após a saída de Fernando Diniz, o clube anunciou Clarence Seedorf como treinador, que terá a missão de recuperar o desempenho e afastar o risco de queda. O Vitória está em 12º lugar, com 36 pontos, e busca um resultado positivo para ganhar distância da parte inferior da tabela.

Palmeiras terá uma semana decisiva

O Palmeiras terá uma semana decisiva com compromissos pelo Campeonato Brasileiro e pela semifinal da Libertadores. Na quarta-feira (21), às 21h30, o time recebe o Fluminense, no Nubank Parque, pelo jogo de volta da semifinal continental. Após vencer a ida por 2 a 1, no Maracanã, a equipe avança à final com um empate. Pelo Brasileirão, o Verdão também busca somar pontos para seguir na disputa pelo título nacional. A final da Libertadores está marcada para 28 de novembro, em Montevidéu.

CESAR GRECO/PALMEIRAS



O clube está na disputa pelos títulos do Brasileirão e da Libertadores

Franca encara São José na abertura do NBB

O Sesi Franca enfrenta o São José Basketball nesta segunda-feira (19), às 19h30, pela rodada de abertura do Novo Basquete Brasil (NBB) 2026/27. A partida será disputada em Franca e terá transmissão da Xsports e da TV Sesi Franca Basquete. O duelo reúne duas equipes paulistas no início da competição nacional. Na mesma noite, Ceisc/União Corinthians recebe o Itatiaiaçu Cruzeiro Basquete, enquanto Unifacisa encara o Pinheiros, também às 19h30. O campeonato reúne 18 equipes e começou no sábado (17), com rodada ao longo da semana.

Campinas terá corrida de 6 km em novembro

A última etapa do Circuito de Corridas dos Distritos de Campinas será realizada em 8 de novembro, em Joaquim Egídio, com percurso de 6 quilômetros. As inscrições individuais ficam abertas até 25 de outubro. A prova encerra a edição deste ano do circuito e terá largada às 7h30. Os interessados devem ficar atentos ao prazo para garantir participação na corrida, que será disputada em um dos distritos de Campinas.

Superliga Feminina I

O Sesi-Bauru estreia na Superliga Feminina 2026/27 nesta segunda-feira (19), às 18h30, contra o Batavo Mackenzie, na Arena Paulo Skaf, em Bauru. A partida abre a campanha da equipe paulista na competição nacional e terá transmissão do sportv2. A temporada reúne 12 clubes. O jogo é válido pela primeira rodada.

Superliga Feminina II

O Osasco São Cristóvão Saúde começa sua campanha na Superliga Feminina 2026/27 nesta segunda-feira (19), às 18h30, contra o Brasília Vôlei. O duelo será disputado no Ginásio do Sesi Taguatinga e terá transmissão da ge tv, pelo YouTube. A competição reúne 12 equipes e abre a primeira rodada. Oito avançam aos playoffs.

Superliga Feminina III

O Paulistano Barueri estreia na Superliga Feminina 2026/27 nesta segunda-feira (19), às 21h, contra o Sesc RJ Flamengo, no Ginásio do Tijuca Tênis Clube, no Rio de Janeiro. O confronto abre a campanha paulista na competição nacional e terá transmissão do sportv2. A primeira fase será disputada em turno e retorno.

Projeto VoeTEA I

Campinas recebe nesta terça-feira (20) o lançamento oficial do VoeTEA, projeto que utiliza o vôlei para promover inclusão e desenvolvimento social de adolescentes autistas. A programação começa às 17h30, na sede da PAICA Campinas, com entrega de uniformes e, depois, aula especial com familiares na Escola Estadual Prof. Joaquim Ferreira Lima.

Projeto VoeTEA II

A iniciativa reúne a PAICA Campinas, a MB5, escola de vôlei do ex-jogador Maurício Borges, que atuou pelo Vôlei Renata, e a HabiliTEA. A proposta combina esporte e treinamento de habilidades sociais para estimular a autonomia, a comunicação, a cooperação e a convivência entre adolescentes no espectro autista.

Projeto VoeTEA III

Iniciado em agosto de 2026, o VoeTEA busca criar oportunidades de aprendizagem e convivência por meio do esporte. Segundo a psicóloga Adriana Bernardes, a prática em grupo pode fortalecer vínculos e o sentimento de pertencimento, além de permitir que os adolescentes desenvolvam habilidades importantes para as relações sociais e a construção de amizades.

DIVULGAÇÃO



Recuperação judicial mantém os credores atentos às contas do clube

Crise ameaça o futuro do Rio Branco no futebol paulista

Direção do clube busca acordo para manter as suas atividades em 2027

Da Redação

O Rio Branco de Americana corre o risco de deixar o futebol profissional em 2027 caso não feche uma parceria para disputar o Campeonato Paulista. Em recuperação judicial desde 2023, o clube negocia acordo com a empresa que administra o futebol do Sertãozinho. A proposta prevê ceder temporariamente nome, escudo e uniformes para que o parceiro dispute a Série A-2 em Americana. Ainda não há contrato definitivo, e o acordo segue em negociação.

A direção afirma que não consegue bancar outra temporada na Série A-3 sem comprometer a recuperação judicial. Em manifestação à Justiça, projetou receitas de até R\$ 480 mil e despesas de R\$ 1,8 milhão para 2027. O processo listava 41 credores e dívidas de R\$ 6,6 milhões.

Credores questionam transferências da conta do clube para a Manager, empresa que tem como sócio o presidente Cláudio Bonaldo. Em dezembro de 2024, após o Grêmio depositar R\$ 1,2 milhão, três repasses que somavam o mesmo valor foram feitos à empresa. O Ministério Público requisitou à Polícia Civil investigação

preliminar sobre eventual prática de atos fraudulentos na recuperação judicial. Até a publicação do ge, não havia inquérito instaurado, segundo a Secretaria de Segurança Pública. O Rio Branco nega irregularidades e afirma que centralizou receitas e despesas na Manager.

A crise também envolve o pagamento pela venda do lateral Vanderson, revelado em Americana e hoje no Monaco, convocado para a Seleção Brasileira. O Rio Branco detinha 30% dos direitos econômicos quando o Grêmio o negociou por 11 milhões de euros. Em junho, a Câmara Nacional de Resolução de Disputas condenou o clube gaúcho a pagar R\$ 1,9 milhão ao time paulista, mas o valor poderá ser parcelado em até 60 meses.

A Justiça autorizou as conversas com o Sertãozinho, mas ressaltou que a parceria não tem aprovação antecipada e depende de análise. O administrador judicial apoiou a proposta com ressalvas e pediu o contrato para avaliação. Os clubes devem entregar documentos de licenciamento das séries A-2 e A-3 até segunda-feira (19). Outra alternativa é disputar a A-3 com jogadores da base para evitar a desfiliação.

CORREIO
NO MUNDO

DIVULGAÇÃO / VATICAN MEDIA



Papa Leão XIV realizou oração do Angelus um dia após deixar hospital

Papa Leão XIV recebe alta do hospital e diz que retomará rotina

O papa Leão XIV recebeu alta no sábado (17) do hospital Agostino Gemelli, em Roma, depois de quatro dias internado para retirar um tumor maligno do pulmão. Segundo os médicos, a decisão foi tomada depois de resultados satisfatórios dos exames. A alta acontece antes da data prevista, que era na terça-feira (20). O papa afirmou no domingo (18) que retomará gradualmente suas atividades habituais à frente da Igreja Católica, ao cumprimentar fiéis reunidos na Praça São Pedro. Foi sua primeira aparição pública desde que passou pela cirurgia. Sorrindo da janela do Palácio Apostólico, no Vaticano, e falando em voz firme e clara aos peregrinos, o primeiro papa americano agradeceu pelas orações recebidas de pessoas de todo o mundo e afirmou que começará a retomar sua rotina. “Depois de superar esta fase delicada, agora retomarei gradualmente minhas atividades, sempre com a ajuda de Deus e de suas orações”, disse o papa Leão XIV.

Rússia acelera ofensiva na Ucrânia

Um dia após Donald Trump suspender o pacote de sanções contra a Rússia devido à Guerra da Ucrânia, Moscou anunciou um grande avanço no leste do país invadido por Vladimir Putin em fevereiro de 2022. Segundo o Ministério da Defesa da Rússia, foram tomadas oito localidades neste sábado (17), incluindo a estratégica cidadezinha de Dobropillia, que já havia sido objeto de uma batalha de quatro meses no ano passado. O governo ucraniano admitiu avanços, mas negou ter perdido controle da localidade, dizendo que os combates continuam.

DANIEL TOROK/ CASA BRANCA



Putin está aproveitando as medidas favoráveis de Donald Trump

Situação de Donetsk se agrava na guerra

Segundo monitores militares dos dois lados do conflito, tudo indica que a situação da região de Donetsk se agravou para Kiev. O avanço foi no eixo sul do movimento em pinça de forças russas rumo às duas últimas cidades do “cinturão das fortalezas” da região, a capital provisória Kramatorsk e Sloviansk. Na sexta (16), Putin havia dito que só faltaria conquistar 10% do território, seu principal objetivo na guerra e 1 das 4 regiões anexadas ilegalmente por ele em 2022. Ele controla toda Lugansk, e mais de 80% de Zaporíjia e Kherson.

Capítulo desfavorável para a Ucrânia na guerra

O russo afirmou já ter 70% de uma faixa de fronteira que não pretende devolver a Kiev em eventuais negociações. O anúncio coroa duas semanas de notícias sombrias para Volodimir Zelenski e o futuro da defesa ucraniana, com participação central de Trump. Com tudo isso, a guerra mais sangrenta na Europa desde 1945 entra em um capítulo novo e desfavorável aos ucranianos.

Por Igor Gielow (Folhpress)

Protestos na França

A França amanheceu no domingo (18) sob o impacto de um dos dias de maior violência em anos, após protestos contra a alta dos preços e a deterioração dos serviços públicos deixarem um manifestante morto, centenas de policiais feridos e quase 2.400 pessoas detidas. Manifestações realizadas em todo o país no sábado (17) evoluíram para confrontos e vandalismo.

Manifestante morreu

Uma prefeitura foi incendiada, lojas foram saqueadas e prédios foram pichados, enquanto grupos violentos entraram em confronto com a polícia em cidades de diferentes regiões. Um manifestante morreu após sofrer uma parada cardíaca durante os protestos em Paris, onde a polícia realizou um recorde de 855 prisões.

Alto custo de vida

Em todo o país, mais de mil agentes ficaram feridos, segundo o ministro do Interior, Laurent Núñez. Mais de 500 mil pessoas participaram de marchas nas cidades, em uma mobilização que marcou a convergência de um movimento estudantil iniciado há cerca de um mês com um descontentamento social mais amplo provocado pelo aumento do custo de vida.

Trump se aproveita

O presidente dos EUA, Donald Trump, atribuiu no domingo (18) à imigração a onda de violência que atingiu a França e defendeu que o país endureça suas regras migratórias. “A França está em chamas! A imigração de pessoas de um mundo completamente diferente, pessoas com ódio no coração, destruiu aquele país que um dia foi grande”, escreveu na Trump.

Saques e vandalismo

“Fechem suas fronteiras e retomem o controle, antes que seja tarde demais!”, completou Trump em sua rede social, a Truth Social. Enquanto centenas de milhares de pessoas protestaram pacificamente, grupos violentos atacaram prédios públicos, saquearam lojas de luxo e supermercados e investiram contra veículos e agentes policiais.

Comerciantes em pauta

A onda de violência aumentou a pressão sobre Macron e seu governo, meses antes da eleição presidencial prevista para o próximo ano. O primeiro-ministro Sébastien Lecornu atribuiu os episódios à “extrema esquerda” e a criminosos. O ministro da Economia, Roland Lescure, prometeu neste domingo apoio aos comerciantes que tiveram prejuízos.



No fim de outubro, Israel terá primeiras eleições desde o início da guerra

Trump declara apoio a Netanyahu nas eleições de Israel

Presidente americano chamou o premiê de seu “parceiro pela paz”

Por Folhpress

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, manifestou neste domingo (18) apoio ao primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, nas eleições parlamentares do país, que ocorrerem no fim deste mês. “Bibi Netanyahu tem sido forte, corajoso e brilhante diante de uma oposição tremenda, inclusive a que vem até mesmo de dentro de Israel. Apesar de tudo isso, ele resistiu e, na verdade, prosperou”, escreveu Trump na rede Truth Social, referindo-se ao premiê israelense pelo apelido.

O presidente americano chamou o premiê israelense de “guerreiro” e “parceiro pela paz” e destacou a aliança entre Washington e Tel Aviv na guerra contra o Irã, iniciada em fevereiro com os ataques que mataram o aiatolá Ali Khamenei, líder supremo iraniano.

“Esse é o tipo de parceiro que os EUA exigem de Israel, um país pelo qual fizeram tanto. Que esta carta sirva para expressar meu apoio completo e total a Bibi Netanyahu em sua próxima disputa pela reeleição como primeiro-ministro de Israel”, acrescentou Trump. Netanyahu agradeceu ao americano em post no X.

Em 27 de outubro, Israel terá eleições pela primeira vez

desde o início do conflito com o grupo terrorista Hamas, em 7 de outubro de 2023. O primeiro-ministro é escolhido a partir da formação de uma coalizão no Parlamento, como líder de partidos ou blocos que consigam atingir alguma governabilidade. A eleição determinará se Netanyahu —o premiê mais longo da história de Israel e líder do governo mais à direita já formado no país— permanecerá no poder após um período marcado por ataques contra a Faixa de Gaza, o Líbano e o Irã ou se será derrotado por rivais centristas que prometem inaugurar uma nova era.

Não há garantia de que a declaração de Trump impulsione Bibi e sua sigla, o Likud, uma vez que o apoio da opinião pública israelense ao mandatário americano diminuiu diante das divergências entre Tel Aviv e Washington sobre Teerã.

Pesquisas recentes indicam que nem a coalizão de Binyamin Netanyahu nem o bloco de oposição alcançarão as 61 cadeiras necessárias para obter maioria parlamentar, o que significa que os partidos árabes de Israel, minoritários, poderão desempenhar um papel crucial para determinar se alguém conseguirá formar um governo.

EVARISTO SÁ/AFP E AMANDA PEROBELLI/REUTERS



Lula terá sabatina na segunda. Flávio, na quarta

SBT promove nesta semana sabatinas com Lula e Flávio

O SBT realiza, nesta semana, sabatinas com os candidatos à Presidência da República. Luiz Inácio Lula da Silva (PT) confirmou presença nesta segunda-feira (19), enquanto Flávio Bolsonaro (PL) foi convidado para uma na quarta-feira (21), mas ainda não confirmou participação. As sabatinas serão conduzidas por Basília Rodrigues, Marina Demori e Simone Queiroz, exibidas no SBT Brasil, apresentado por Cesar Filho, e reprisadas no SBT News.

Justiça suspende site irregular de advocacia

O juiz federal Ian Legay Vermelho, da 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro, atendeu um pedido da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB-RJ) e determinou a interrupção imediata das atividades da empresa Fast Eletrônica e Serviços Ltda. Por meio de um site na internet, a empresa faz captação em massa de clientes e intermediação irregular de atos privativos da advocacia. De acordo com a Ação Civil Pública, a Fast funcionava como uma rede ilegal de correspondentes jurídicos, oferecendo a intermediando serviços como realização de audiências, acompanhamento de diligências e protocolos. Além de não ter registro societário junto à OAB, a empresa fixava honorários irrisórios, não condizentes com os parâmetros éticos e legais da profissão.

BRUNO MIRANDELLA/OAB-RJ



Após pedido da OAB-RJ, Justiça Federal suspende site

Captação ilegal de clientes e de práticas

Na decisão, o magistrado destacou que a prática violava o Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/1994) e o Código de Ética e Disciplina da OAB, incorrendo na mercantilização da advocacia e captação indevida de clientela. Além da imediata abstenção da oferta, intermediação ou realização de qualquer ato privativo da advocacia, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil em caso de descumprimento, o magistrado também determinou o bloqueio do domínio (fastdiligenciaeletronica.com.br); e a notificação do provedor de hospedagem do site para indisponibilizar a plataforma em 48 horas. O juiz também considera que as atividades da empresa configuram concorrência desleal e risco de prejuízo a quem contrata os serviços oferecidos.

OAB-RJ entrou com Ação Civil Pública

A presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio, disse que a ação reforça o compromisso permanente da seccional no combate ao exercício ilegal da profissão, na defesa intransigente das prerrogativas da classe e na proteção da sociedade.

Motociata no Rio

O governador eleito do Rio de Janeiro, Douglas Ruas, promoveu, no domingo (18), acompanhado por deputados eleitos e outras lideranças políticas, uma motociata em Maricá, na região Metropolitana fluminense, a favor de Flávio Bolsonaro. Ruas é, no segundo turno, coordenador da campanha de Flávio no Rio.

Apoio a Bolsonaro

Ao longo do percurso, Douglas percorreu diversas ruas da cidade, cumprimentou moradores e destacou que, se o Rio de Janeiro escolheu a mudança, está na hora do Brasil também ir pelo mesmo caminho e eleger Flávio Bolsonaro presidente. O evento em Maricá encerrou a extensa agenda do fim de semana feita para dar apoio a Flávio no estado.

Agência contra máfias

O deputado Julio Lopes (PP) propôs a criação da Agência Anti-Máfia, prevista em uma PEC, no relatório da Comissão Externa do Brasil Legal. A agência teria independência e autonomia para investigar crimes ligados a organizações criminosas e máfias econômicas. A proposta foi apresentada na Câmara e prevê atuação sem interferências políticas.

Crime e mercado ilegal

A agência deverá identificar e desarticular operadores financeiros que sustentam atividades ilegais em setores como gás, combustíveis, cigarros e pirataria. A proposta também prevê investigar a infiltração do crime organizado no poder público e esquemas de corrupção em instituições e nas mais altas esferas de poder.

Prejuízo bilionário

Segundo Julio Lopes, o mercado ilegal provoca perdas de R\$ 514 bilhões por ano, considerando prejuízos à indústria e impostos não arrecadados. O parlamentar afirma que contrabando, sonegação e falsificação alimentam uma economia ligada ao crime organizado transnacional, facções armadas e milícias, afetando empresas formais e os cofres públicos.

Debate sobre a agência

Julio Lopes pretende convocar audiência pública após as eleições, para discutir a implementação da Agência Anti-Máfia. Devem ser convidados órgãos públicos, Ministério Público, representantes da indústria, plataformas de comércio eletrônico e empresários. O encontro buscará definir marco legal para proteger a população e combater a pirataria.



JONAS PEREIRA/AGÊNCIA SENADO

Impasse sobre maioria penal adiou a votação da PEC

Governo tenta destravar votação da PEC da Segurança

Tema é a última grande discussão no Congresso antes do segundo turno

Por **Beatriz Matos**

A última semana antes do segundo turno presidencial, marcado para domingo (25), terá negociações no Congresso, julgamentos no Supremo Tribunal Federal (STF) e compromissos decisivos das campanhas. A principal expectativa no Legislativo é a retomada da PEC da Segurança Pública, que o governo pretende votar antes das eleições. No Executivo, o Palácio do Planalto prepara uma proposta de transporte gratuito aos fins de semana, enquanto Lula (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) entram nos últimos dias de mobilização eleitoral.

O Senado poderá retomar nesta semana a votação da PEC da Segurança, desde que governo e oposição cheguem a um entendimento sobre as mudanças propostas. O principal desafio será separar o debate sobre a redução da maioria penal das medidas de combate à criminalidade previstas no texto. Ainda não há data confirmada para a votação.

O ministro das Relações Institucionais, José Guimarães (PT-CE), sinalizou a intenção do Executivo de concluir a análise antes do segundo turno. “Vamos tentar votar [a PEC da Segurança] na

semana que vem, antes das eleições”, declarou durante a promulgação da PEC do fim da escala 6x1. A proposta do governo é transferir a discussão sobre a maioria penal para a PEC 32/2015, que tramita na Câmara.

O ex-ministro Rui Costa também defendeu essa alternativa. “A Câmara fez isso e eu acho que o mais adequado é o Senado replicar essa medida”, afirmou. A definição dependerá das negociações entre os líderes partidários e da decisão do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), sobre a inclusão da matéria na pauta.

O Palácio do Planalto poderá apresentar nesta semana uma proposta de emenda constitucional para garantir transporte coletivo gratuito aos fins de semana. A medida anunciada por Lula prevê a utilização de recursos de emendas parlamentares para financiar o benefício.

O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, indicou a expectativa de apresentação do texto antes do segundo turno, mas sem previsão de tramitação nesse período. A proposta ainda exigirá definições sobre financiamento, abrangência e participação de estados e municípios.

Com modelo que privilegiou debate direto e confronto, Lula e Flávio se enfrentam

Flávio reforça sensação de insegurança. Lula pede respostas sobre o filme Dark Horse

Por **Rudolfo Lago**

No primeiro debate com a presença dos dois principais candidatos à Presidência da República, a Rede Bandeirantes optou por um modelo mais livre, que propiciou a Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, candidato à reeleição, e Flávio Bolsonaro, do PL, trocarem ataques e acusações, em vários blocos.

O modelo acabou gerando um debate físico. Os candidatos podiam circular durante a resposta do outro. Flávio aproveitou isso melhor. Ficava atrás de Lula durante suas respostas, o que foi gerando maior tensão. Flávio parecia mais calmo. Lula mais nervoso.

Em determinado momento, Flávio pediu a Lula que se aproximasse mais. “Não quero chegar perto de miliciano”, respondeu Lula. Acusações de “mentiroso” e “corrupto” se repetiram várias vezes.

No primeiro turno, nem Lula nem Flávio Bolsonaro participaram dos debates com os candidatos. Foi, portanto, o primeiro confronto entre ambos nestas eleições.

Flávio reforçou questões relacionadas à criminalidade e a insegurança sentida pelas pessoas e aos problemas econômicos e de endividamen-



Lula e Flávio, debate band segundo turno

to. Lula insistiu na questão do financiamento do filme Dark Horse, cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro, perguntando por diversas vezes o que foi feito com os R\$ 134 milhões pedidos por Flávio Bolsonaro ao ex-banqueiro Daniel Vercaro, do Banco Master. E propôs a Flávio que ambos abrissem o sigilo das suas contas bancárias e telefônicas.

CONFRONTO DIRETO

O clima esquentou quando começou o confronto di-

reto. Os candidatos podiam fazer livremente pergunta aos outros. Lula começou perguntando a Flávio por que ele foi contra a licença-maternidade para mulheres funcionárias da Assembleia Legislativa quando era deputado estadual. O que você tem contra as mulheres?”, perguntou Lula. Flávio replicou mencionando a entrevista da lobista Roberta Lucshinger, que deu entrevista no sábado para a CNN. “Você não respondeu à pergunta. A Roberta é uma questão da Polícia Federal”.

Flávio mencionou, então, o filho de Lula, Fábio Luís Lula da Silva. “Você não conhece Roberta Lucshinger. Não conhece Lulinha também?”

Lula perguntou sobre o financiamento de Dark Horse. “O melhor presidente do Brasil, que vai ter um filme maravilhoso”, respondeu Flávio. “Eu só estou pedindo uma coisa: o que você fez com os R\$ 134 milhões? Se você não falar, não vou fazer outra pergunta para você”.

Flávio afirmou que 63% dos presidiários votou em

Lula. O candidato do PT retrucou: “Seu pai, presidiário, também vai votar em mim”.

Os dois candidatos falaram sobre saúde. “Vou botar padrão Einstein no SUS”, disse Flávio. O candidato do PL convidou o oftalmologista Claudio Lottemberg, que foi diretor do Hospital Albert Einstein para ser seu ministro da Saúde.

“Vou criar um prontuário único eletrônico. Todas as informações no seu CPF. Na palma da sua mão, um atendimento muito rápido por telemedicina. Usando tecnologia, inteligência artificial”.

“Só pode falar isso que ele falou quem não entende de saúde”, replicou Lula. “Ficaram quatro anos e foi o maior desastre na saúde”, referindo-se aos mais de 700 mil mortos na pandemia de covid-19. “Diz que vai levar o Einstein pro SUS. Vai privatizar o SUS?”, provocou.

Mais adiante, Flávio Bolsonaro admitiu que a área de saúde não foi das mais positivas no governo de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Lula propôs a Flávio que ambos abrissem suas contas e seus sigilos. “Para que o povo brasileiro saiba quem é ladrão”, propôs Lula. “Seu dinheiro é por fora. Nunca é na sua conta”, respondeu Flávio.

Lobista ligada a Lulinha chama Lula de “canalha”

Por **Rudolfo Lago**

Investigada por sua relação com Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e por sua ligação ao escândalo do INSS, a lobista Roberta Luchsinger chamou o candidato à reeleição pelo PT de “canalha”.

Lula a havia chamado de “pilantra” numa entrevista, depois que surgiram fotos nos seus perfis nas redes sociais onde ela aparecia ao lado dele.

Roberta é investigada pela Polícia Federal no âmbito dos desdobramentos de esquemas de fraudes e descontos indevidos de aposentados beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por suas ligações com Lulinha e com Antônio Carlos

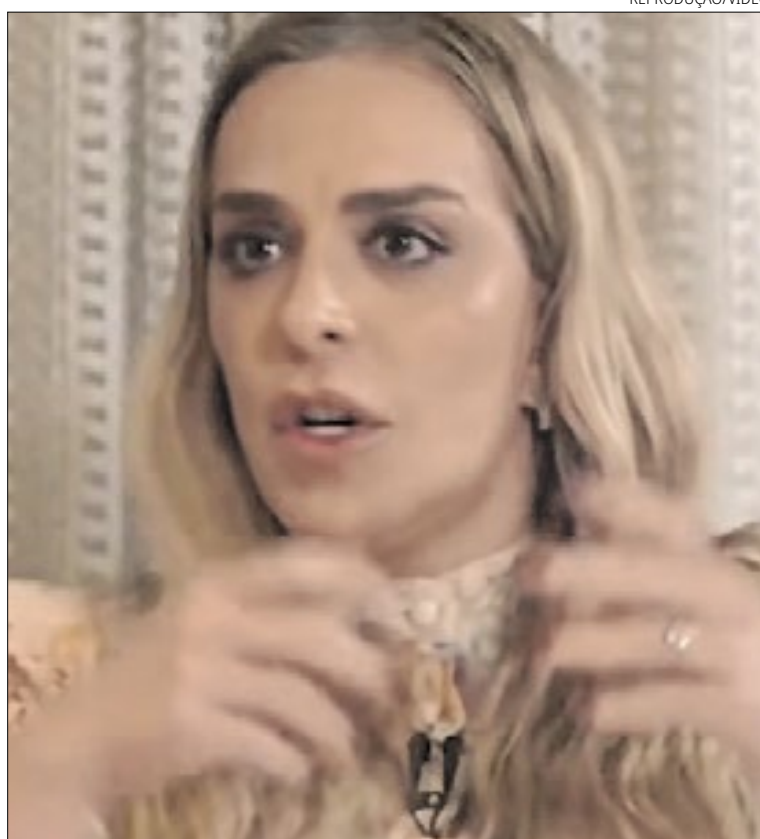
Camilo Antunes, conhecido como “Careca do INSS”

AMEAÇAS DE MORTE

Na entrevista na noite de sábado (17) na CNN, Roberta Luchsinger disse que ela e suas filhas recebem ameaças de morte diariamente. E que ela fará delação premiada contando tudo o que sabe sobre o escândalo do INSS.

A lobista disse que resolveu dar a entrevista para responder às acusações de Lula. “Eu estou fazendo isso pelas minhas duas filhas”, afirmou. “Durante todo esse processo, ele tem me equiparado ao maior criminoso da atualidade, que é Daniel Vercaro”, disse ele, referindo-se ao ex-banqueiro do Banco Master.

“Todo santo dia eu sofro ameaça de morte. As mi-



Lobista amiga do filho de Lula deu entrevista no sábado à CNN

nhas filhas sofrem ameaça, sofrem bullying. Porque a partir do momento em que um presidente da República marca no meu testamento que eu sou uma pilantra, ele dá um apito para esse tipo de agressão”, protestou.

LULINHA COM MINISTROS

Na entrevista, Roberta Luchsinger disse que Lula mente com relação às ações de Lulinha no governo. Segundo ela, o filho do presidente esteve diversas vezes com ministros do governo. Ela citou o ex-ministro da Educação Camilo Santana, hoje senador pelo PT do Ceará.

Na entrevista que deu ao Flow Podcast no final do primeiro turno, e em outra ocasião, Lula chamou Roberta de “pilantra”.



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Justiça manda PF investigar ex-secretária de Lula por fake news contra vice de Flávio Bolsonaro

■ A Justiça mandou a Polícia Federal (PF) investigar uma ex-secretária de Lula na Presidência por suposta publicação de fake news contra o candidato a vice de Flávio Bolsonaro (PL), deputado Alfredo Gaspar (PL). A decisão da 71ª Zona Eleitoral de Niterói (RJ), desta sexta-feira (16/10), atende a uma notícia-crime apresentada pelo parlamentar após a divulgação de um vídeo que o associava a um crime sexual contra criança.

■ A investigada é Brunna Rosa Alfaia, que ocupou o cargo de secretária de Estratégia e Redes da Secretaria de Comunicação Social (Secom) do governo Lula de março de 2024 até janeiro de 2025. Ela também coordenou a comunicação digital da campanha presidencial de Lula em 2022 e era apontada como aliada da primeira-dama Janja da Silva.

■ Segundo a denúncia, o vídeo, publicado em 8 de outubro pelos perfis @lulapelaverdade, @rembodinho, @kriskacarvalho e @midia.ativista, associava a imagem de Alfredo Gaspar à afirmação de que ele estaria sendo investigado por crime sexual contra criança. O conteúdo também fazia referência à disputa presidencial e pedia votos para a chapa adversária.

■ Além de Brunna, a notícia-crime iden-



Brunna ocupou o cargo de secretária de Estratégia e Redes da Secretaria de Comunicação Social

tifica André Martins Rembold entre os denunciados. A participação individual de cada envolvido deverá ser apurada pela Polícia Federal.

■ A defesa do candidato argumentou que a publicação ocorreu dois dias depois de o Supremo Tribunal Federal (STF), após manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR), determinar o arquivamento de um procedimento relacionado à mesma acusação, por ausência de indícios mínimos para abertura de investigação criminal.

■ Ao analisar o caso, a Justiça Eleitoral considerou que existem elementos suficientes para justificar a apuração de possível divulgação de informações sabidamente falsas durante a campanha eleitoral.

■ “A notícia-crime apresenta elementos suficientes para justificar a instauração de investigação destinada à apuração dos fatos narrados, sem que isso importe juízo antecipado acerca da efetiva ocorrência do delito ou da responsabilidade penal dos noticiados”, diz a decisão.

■ A determinação estabelece que a PF identifique os responsáveis pelos perfis, analise os registros digitais da publicação e investigue se os envolvidos tinham conhecimento de eventual falsidade das informações divulgadas.

NOVAS PUBLICAÇÕES

■ Apesar de determinar a investigação, a Justiça Eleitoral rejeitou, por enquanto, o pedido para proibir novas publicações sobre a acusação. Segundo a decisão, não foram apresentados elementos suficientes para demonstrar risco concreto de repetição da conduta.

■ Por outro lado, a Justiça determinou que o Instagram preserve, pelo prazo inicial de um ano, os registros digitais relacionados à publicação e aos quatro perfis envolvidos, incluindo dados cadastrais, endereços IP, datas e horários de acesso.

■ A plataforma terá 48 horas para informar o cumprimento da determinação. O caso também será encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), responsável por analisar eventual pedido de remoção do vídeo, por se tratar de propaganda relacionada à eleição presidencial.

ALEXANDRE ROSA LOPES

Professor do Ibmec Brasília, Advogado e Pesquisador do Pós-Doutorado da UnB

Quando o remédio mata o mercado

Em 24 de setembro, o Conselho Monetário Nacional (CMN) editou a Resolução nº 5.343, que veda aos fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs), a partir de 13 de outubro, a compra de créditos cuja existência e cujo valor ainda dependam de decisão definitiva. O CMN restringiu o segmento de mercado conhecido como litigation finance (a compra, com deságio, de crédito discutido em processo judicial ou arbitral).

Para as aplicações já realizadas, a resolução impõe, a partir de 4 de janeiro de 2027, salvaguardas de precificação verificável, auditoria e divulgação mensal da cadeia de cessões. Diante da restrição à livre negociação de direitos, apresentam-se duas perguntas: qual o motivo da proibição e quais os impactos para o mercado regulado.

As respostas dependem, necessariamente, da interpretação da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), segundo a qual a autoridade deve demonstrar a necessidade da medida diante das alternativas, e da Lei de Liberdade Econômica, que exige análise de impacto regulatório (AIR) antes da edição de normas de interesse geral.

No voto, o Ministro da Fazenda, Dario Durigan, invocou quatro motivos: a incerteza sobre a existência e o valor desses créditos; a dificuldade de rastrear as cessões dos direitos creditórios; o risco de fraude; a

aderência dos ativos à finalidade dos fundos. Há também um quinto motivo, de ordem fiscal, ausente do voto, mas expresso pela Advocacia-Geral da União (AGU); com a conversão de ações judiciais em produto financeiro, multiplicam-se os processos contra o Estado, que “vai pagar a conta no final”. Porém, o Ministro afirmou no voto que as medidas “não acarretarão impacto fiscal sobre o Tesouro Nacional”.

Contudo, os motivos declarados não se sustentam diante do próprio texto da Resolução. Contra a incerteza e a falta de rastreabilidade, o art. 1º-B já exige precificação verificável e divulgação da cadeia de cessões, e o risco de aquisição dos créditos é assumido por investidores profissionais, únicos admitidos nesses fundos. Ademais, o segmento já é regulado e supervisionado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que pode punir fraudes. O caso do Banco Master, invocado tacitamente para justificar a medida proibitiva, não tem relação direta e imediata com a proibição, porque, segundo o noticiado, os ativos questionados eram precatórios já definitivos e carteiras de crédito fictícias.

Sobre os impactos, o CMN dispensou a AIR sob o argumento de preservar a “higidez” dos mercados. Contudo, a exposição a ações judiciais é inferior a 5% de uma indústria de R\$ 852,7 bilhões, segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Com exposição dessa dimensão, dificilmente se sustenta o risco à higidez invocado para dispensar a AIR.

Do contexto, extraem-se três efeitos previsíveis: a in-

terrupção das operações já negociadas, porque o CMN concedeu 15 dias para a vedação e 98 para as salvaguardas, sem regra de transição, ao contrário do que fez em 2024, quando, ao restringir o lastro de certificados imobiliários e do agronegócio, preservou as emissões já protocoladas; a migração das operações para tesourarias de bancos, veículos no exterior e contratos particulares, fora da supervisão da CVM, com menos transparência e mais concentração; e a perda de liquidez de hospitais e empresas, titulares de créditos, que passam a depender de menos compradores e a negociar em piores condições.

Assim, seria prudente que o CMN revisasse a norma com base em AIR e na oitiva do setor, que já propôs grupo de trabalho sobre o assunto. O ideal é que a autoridade pondere as alternativas, escolhendo a menos gravosa. Uma possível solução seria estender o art. 1º-B às operações novas, com transição até 4 de janeiro de 2027. Por outro lado, mantida a norma proibitiva, o controle judicial é viável, ainda que com insegurança jurídica e mais custos administrativos. Sobre a via judicial, o Supremo Tribunal Federal já se debruçou sobre a proporcionalidade de norma do CMN, na ADI 6.407, em que declarou desproporcional a resolução que permitia cobrar tarifa pela simples disponibilização do cheque especial.

O Judiciário deve prestar deferência à escolha técnica do regulador, porém, deve verificar se os motivos declarados de fato existem, se há alternativa menos gravosa, nos termos do art. 20 da LINDB, e se a transição era indispensável, nos termos do art. 23.

PINGA-FOGO

■ UM DEBATE QUE REFLETIU O CLIMA DE UMA CAMPANHA ELEITORAL DE VIDA OU MORTE - O clima de MMA foi a marca do debate na Band. Foi um show (de horrores) em nome da democracia. No mesmo palco onde teve o debate entre Fernando Haddad e Tarcísio de Freitas semanas antes e que não faltou o tom respeitoso, inclusive no respeito à liturgia do cargo que estava sendo disputado.

■ A troca de flechadas foi dos dois lados. Pareceu mais uma discussão de assembleia de disputa de condomínio do que uma eleição presidencial. Pior é a posição de Lula, que como presidente da República, se despiu da faixa presidencial e colaborou para baixar o nível.

■ Assembleias de condomínio com um síndico sendo acusado de roubar e cometer irregularidades e uma oposição recebendo críticas. Nem parecia que o futuro do país estava em jogo.

■ O grande erro de Lula foi não ter descido do palanque depois da vitória em 2022. Ele passou os quatro anos atirando na oposição. Fomentou o ódio que explodiu nesta reta final.

■ Lula começou o debate sem o domínio de palco e resolveu falar para uma câmera secundária. Por várias vezes errou sua posição de palco e no controle do tempo. Estava visivelmente abatido. Nervoso e impaciente. O drama pessoal o deixou com sinais de abatimento de quem teve uma noite mal dormida.

■ Foi um contraste de visual, com Flávio Bolsonaro sem gravata, impecavelmente vestido, e Lula usando a sua gravata da sorte, com listras verde-amarelas, a mesma que toda a delegação do Brasil usou na eleição do Rio como sede da Olimpíada de 2016. Uma gravata usada por Henrique Meirelles, o governador Sérgio Cabral e Eduardo Paes. Só que a moda evoluiu e o tamanho das gravatas modernas diminuiu e esse modelo antigo, largo, passa uma ideia de old school.

■ A agressividade de Lula com os bolsonaristas e com o eleitor da direita não o fez avançar entre os eleitores do opositor. Já Flávio falou diretamente para o eleitor das comunidades, aos mais pobres, ao relembrar que foi Bolsonaro que aumentou o Bolsa Família e que Lula passou dois anos sem reajuste.

■ O consenso é que o debate bate-boca pode aumentar a abstenção. Não empolgou na parte do Lula, que é o que mais precisa de votos. Já Flávio foi cirúrgico ao falar do



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA

  
@colunamagnavita

Coisas que só aconteceram no Botafogo, pelo bem do Brasil

FOTOS: RAFAEL OLIVEIRA, FELIPE CAVALCANTI E ROGÉRIO SANTANA

Se Nelson Rodrigues estivesse vivo, certamente diria que o Feijão Amigo foi a festa perfeita do encontro entre o preto e o branco — o feijão e o arroz—, celebrando as cores do Brasil campeão do mundo, eternizadas nos pés de Nilton Santos, Didi, Garrincha, Amarildo, Zagallo, Gérson, Jairzinho, Roberto Miranda, Paulo César, Carlos Roberto, Afonsinho, Marinho Chagas, Josimar, entre tantos outros craques que fizeram a história do nosso futebol. Uma história que a CBF, ao insistir nos erros de arbitragem e no descaso com a memória de seus ídolos, parece determinada a apagar.

O presidente do Tribunal de Justiça e governador interino do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Ricardo Couto de Castro, foi o homenageado em um almoço promovido na última sexta-feira, 16 de outubro, pelo Clube do Feijão Amigo em parceria com o

Botafogo de Futebol e Regatas, no Hotel Fairmont, em Copacabana, Zona Sul da cidade. Durante o encontro, que reuniu mais de 250 convidados entre empresários, políticos, magistrados e ídolos do futebol, o governador recebeu o Conjunto de Medalhas Pedro Ernesto, a mais alta condecoração concedida pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

A entrega da honraria partiu de uma iniciativa do vereador Pedro Duarte (PSD), com o apoio do deputado federal Marcelo Queiroz (PSDB). Ambos ressaltaram a gestão firme e austera de Ricardo Couto à frente do executivo estadual, destacando o respeito ao dinheiro público, a eficiência administrativa e o combate ao desperdício como marcas de seu mandato. O clima da comemoração uniu a tradição da confraria do setor de turismo à paixão alvinegra do homenageado.



O empresário Paulo Marinho, o governador do Estado do Rio, Ricardo Couto e o presidente do Botafogo, João Paulo Magalhães Lins



Vereador Pedro Duarte; desembargador Ricardo Couto; deputado federal, Marcelo Queiroz



Governador Ricardo Couto e o vereador Pedro Duarte



Desembargadora Andrea Pachá; desembargador Marcos André Chut; Octávio Teixeira



Paulo César Cajú, desembargador Ricardo Couto e Roberto Miranda



Deputado Estadual Gustavo Tutuca com o presidente do TJRJ e governador Ricardo Couto



Presidente do Clube do Feijão Amigo, Alexandre Tuma Ness; subsecretário de Estado de Turismo do Rio de Janeiro, Nilo Sérgio Félix



Luiz Verri, presidente da AME, com o homenageado desembargador Ricardo Couto



Juiz Rafael Estrela, Paulo César Cajú, desembargador Ricardo Couto e Roberto Miranda



Desembargador Ricardo Couto; Vice-presidente de Remo, João Gualberto Teixeira de Mello; presidente do Botafogo, João Paulo Magalhães

descontrole e gastos exagerados do governo.

■ O ataque de Lula à “malandragem carioca” fez disparar uma série de memes nas redes sociais em repúdio a Lula. Flávio foi cirúrgico ao iniciar o bloco se solidarizando com

o eleitor carioca. Anote: este tema vai volatizar nas redes sociais durante a semana. O Rio é fundamental para a recuperação de Lula. Foi um tiro no pé.

■ Quem melhor definiu o debate foi um conceituado advogado ligado à direita que resu-

miu: “ninguém até agora tirou voto de ninguém”.

■ O grande vitorioso deste domingo, 18 de outubro, foi a Band e o pool de veículos que a acompanhou. A Rede manteve a tradição dos debates presidenciais e deu um show

de organização e jornalismo. Johnny Saad, Fernando Mitre, Rodolfo Schneider, os apresentadores Eduardo Oinegue e Adriana Araújo, e toda a família Band merecem aplausos pelo evento histórico realizado nos seus estúdios no Morumbi, mais uma vez.

Por Ana Carolina Martins

Uma mulher é assassinada. A cena do crime é isolada e, enquanto a polícia começa a investigação e busca o suspeito, o corpo da vítima é levado ao Instituto Médico-Legal (IML). Para as estatísticas, mais uma vítima é acrescentada à contagem dos feminicídios, mas para a família, porém, nada mais poderá ser encerrado em relação ao crime hediondo. E é justamente nesse ponto que uma segunda tragédia silenciosa e de duração imprevisível nasce.

Quando a vítima deixa filhos, o feminicídio os transforma em órfãos da violência. Eles perdem a mãe de maneira brutal e, na maioria dos casos, o pai como referência familiar; já que ele, enquanto autor do crime, acaba preso, foragido ou morto. Aquele lar esvazia-se completamente. Avós, tios e parentes se vêem obrigados a assumir responsabilidades inesperadas.

As crianças enlutadas precisam se adaptar a uma nova realidade, enquanto tentam elaborar a dor da ausência. Essa é uma dimensão do feminicídio que não cabe nas estatísticas das vítimas femininas.

Em Campinas, pelo menos cinco mulheres foram vítimas de feminicídio até agosto deste ano, segundo levantamento na base de registros oficiais. O número refere-se aos oito primeiros meses de 2026 e não dimensiona exatamente o balanço do ano.

No Estado de São Paulo, foram registrados 170 feminicídios de janeiro a agosto de 2026, praticamente no mesmo patamar dos 168 registrados no mesmo período de 2025. No mesmo período, as prisões e apreensões relacionadas à violência doméstica cresceram 33,4%, passando de 1.865 para 2.487. Os números, entretanto, contam apenas uma parte da história.

Laís Vieira, analista de projetos da Fundação FEAC e especialista em combate às violências, acredita que o feminicídio é a expressão extrema das desigualdades e violências de gênero, cujos efeitos ultrapassam a vítima direta e atingem todo o seu entorno. “Para crianças e adolescentes, pode representar a perda simultânea da mãe e, quando o autor é o pai ou padrasto, também dessa referência parental, além da ruptura de vínculos, da insegurança material, da desproteção jurídica e de complexas repercussões emocionais desse tipo de violência e do luto decorrente”, explica.

Devido à dimensão da orfandade gerada pelo feminicídio,



Filhos enlutados tentam elaborar a dor e se adaptar à nova realidade, uma dimensão que não cabe nas estatísticas

Quando ocorre um feminicídio, a tragédia só está começando

Os filhos, agora sem os pais, precisam continuar sob o peso de um luto duplamente traumático



Manifestação contra o feminicídio: a repercussão ultrapassa a vítima direta, atingindo todo o seu entorno

em maio de 2026, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Defensoria Pública da União estabeleceram um fluxo nacional específico para as vítimas que perderam as mães assassinadas, a fim de permitir a regularização mais rápida da representação legal e facilitar o acesso à pensão especial criada pela Lei 14.717/2023.

A proteção dos órfãos de

feminicídio exige atuação articulada entre assistência social, saúde, educação e Justiça, com responsabilidades definidas e acompanhamento contínuo, defende Laís. “Um passo crucial é mapear e acompanhar essas crianças, assegurando os encaminhamentos entre os serviços e evitando que o acesso aos direitos dependa exclusivamente da ini-

ciativa autônoma dos familiares”, observa.

CRIME CONTINUA REBERVERANDO

Uma criança que perde a mãe em um feminicídio pode ter de enfrentar simultaneamente o trauma da morte, a prisão do pai, a mudança de residência, a ruptura da rotina, dificuldades financeiras, disputas de guarda e a ausência de refe-

rências afetivas. Se o pai é o acusado, surge ainda uma contradição muito dolorosa: aquele que deveria exercer proteção passa a ser apontado como responsável pela destruição da família.

Os avós podem se tornar pais. Tios podem assumir crianças de uma hora para outra. Irmãos mais velhos podem passar a desempenhar responsabilidades para as quais nunca foram preparados... E criança, traumatizada, pode permanecer com perguntas para as quais nenhum adulto consegue oferecer uma resposta capaz de amenizar um pouco que aconteceu.

UMA VIOLÊNCIA “NORMALIZADA”?

Em Campinas, foram registradas 1.777 notificações de violência contra mulheres adultas em 2024, segundo o Sisnov, contra 1.585 em 2023 — aumento de 12%. Entre 2019 e 2024, foram 6.818 notificações. Em 42,1% dos casos, o responsável apontado era cônjuge ou ex-cônjuge. Há ainda um indicador que chama atenção: Campinas registrou 1.958 descumprimentos de medidas protetivas em 2025, contra 1.711 em 2024.

Uma pesquisa do CNJ envolvendo 10.063 inquiridos e ações penais de feminicídio iniciados em 2024 e 2025 revelou que 67% das vítimas não tinham medida protetiva anterior contra o réu. Em 32,4% dos casos havia medida protetiva anterior.

Em Campinas, o poder público municipal integra a rede de proteção, respondendo pela identificação das situações de vulnerabilidade e risco, viabilizando os encaminhamentos necessários e assegurando o acompanhamento especializado nos casos em que essa intervenção se fizer necessária.

De acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, as situações podem chegar por meio dos Conselhos Tutelares, do sistema de Justiça e dos serviços de saúde, educação e segurança pública. E a partir das necessidades identificadas, são adotadas as providências de proteção e, quando necessário, realizado o acompanhamento socioassistencial especializado pelo Creas do território, em articulação com os demais serviços da rede.

O problema é que não há, até o momento, informações consolidadas e facilmente acessíveis delimitando quantas crianças e adolescentes de perderam as suas mães em feminicídios, quantas foram encaminhadas para parentes, quantas precisaram de acolhimento e quantas recebem acompanhamento psicológico ou assistência continuada.

Alesp vai analisar regras para comércio e segurança na Copa Feminina de 2027

Projeto prevê restrições a ambulantes, incentivos fiscais e investimentos no futebol feminino paulista

LUAN CAMPOS SOUZA / DOMÍNIO PÚBLICO



Neo Química Arena, em Itaquera, na zona leste de São Paulo, receberá partidas da Copa do Mundo Feminina de 2027

Da Redação

Os deputados estaduais, Rui Alves (Republicanos) e Edna Macedo (Republicanos), apresentaram à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) um projeto de lei que estabelece regras para a realização da Copa do Mundo Feminina de 2027 no estado. A proposta reúne medidas de segurança, mobilidade urbana, proteção ao consumidor, incentivos fiscais e investimentos no futebol feminino.

A Neo Química Arena, em Itaquera, na zona leste da

capital, será o único estádio paulista a receber partidas da competição. Estão previstos dez jogos no local, incluindo uma semifinal e a disputa pelo terceiro lugar.

Um dos principais pontos do projeto é a criação de áreas de exclusividade comercial em um raio de até dois quilômetros da Neo Química Arena e de eventuais centros oficiais de treinamento. Nesses locais, a venda de alimentos, bebidas, produtos esportivos e materiais promocionais dependerá de autorização da Federação Internacional de Futebol (FIFA).

A restrição também alcança ambulantes, barracas, food trucks e feiras comerciais instalados em vias públicas. Bares, restaurantes e lojas permanentes poderão continuar funcionando, desde que respeitem os limites de seus imóveis e não utilizem indevidamente marcas do evento.

As regras começariam a valer 72 horas antes da primeira partida na arena e terminariam 24 horas após o último jogo realizado no local.

INGRESSOS E FISCALIZAÇÃO

O projeto autoriza a FIFA

a adotar preços dinâmicos na venda de ingressos, permitindo alterações conforme a demanda, a importância da partida e a antecedência da compra. A entidade deverá informar o valor final antes do pagamento.

A proposta também mantém benefícios de meia-entrada e estabelece reserva mínima de 10% dos ingressos de cada partida para as categorias contempladas, incluindo estudantes, idosos, professores da rede pública, pessoas com deficiência e doadores regulares de sangue.

Outra medida é a criação de um observatório estadual

para acompanhar preços de hotéis, imóveis de temporada, transporte privado e agências de viagens, com participação do Procon-SP.

SEGURANÇA E TRANSPORTE

Na área de segurança, o texto determina a aplicação do protocolo estadual “Não se Cale” na Neo Química Arena e nos eventos relacionados à competição. A medida prevê espaços de acolhimento para mulheres vítimas de violência e unidades móveis das Delegacias de Defesa da Mulher nos dias de jogos.

O projeto também estabelece planos especiais de mobilidade urbana, com adequação da operação do Metrô, da CPTM e dos ônibus metropolitanos para atender aos torcedores. O governador poderá decretar ponto facultativo em repartições estaduais nos dias de determinadas partidas.

INCENTIVOS

Na área tributária, a proposta autoriza isenção de ICMS para equipamentos, materiais e insumos utilizados na organização da Copa, mediante aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Também prevê dispensa de determinadas taxas estaduais para atividades institucionais da FIFA e de entidades participantes. O texto não apresenta estimativa da renúncia fiscal.

O texto ainda precisa ser aprovado na Alesp.

SP reforça rodovias para enfrentar efeitos do El Niño

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SP

Da Redação

Rodovias estaduais e concedidas de São Paulo recebem obras e medidas preventivas para reduzir riscos associados a eventos climáticos extremos, diante da previsão de efeitos do El Niño. As ações incluem contenção de encostas, manutenção de sistemas de drenagem, monitoramento de chuvas e planos de combate a incêndios.

As iniciativas integram a Operação SP Sempre Alerta, lançada pelo governo estadual. A estratégia reúne mais de 180 ações do Plano Estadual de Resiliência às Mudanças Climáticas, com previsão de R\$ 29 bilhões em investimentos até 2029.

No Lote Paranapanema, que abrange mais de 280 quilômetros, um relatório identificou riscos de incêndios, erosões, inundações e deslizamentos. Entre as medidas previstas estão reservatórios de água nas novas bases de atendimento ao usuário, que também poderão apoiar o combate a incêndios.

Na Rodovia Pedro Eroles, a Mogi-Dutra, em Mogi das Cruzes, obras de terraplenagem, contenção e drenagem buscam estabilizar uma encosta no km 46. A conclusão está prevista para novembro de 2026. Já na Mogi-Bertioxa (SP-098), foram instalados pluviômetros na serra para monitorar as condições climáticas e orientar medidas



Intervenções incluem contenção, melhorias e monitoramento de chuvas

de segurança.

No trecho norte do Rodanel Mário Covas, o planejamento inclui acompanhamento de riscos climáticos e, no segmento em operação entre as rodovias Presidente Dutra e Fernão Dias, aplicação do Plano de Atendimento às Emergências.

Na SP-304, entre Torrinha e Santa Maria da Serra, o tráfego é interditado preventivamente quando a chuva ultrapassa 80 milímetros, devido ao risco de deslizamentos.

A Artesp também intensifica o monitoramento e a fiscalização nos 12 mil quilômetros de rodovias concedidas, com ações de sinalização e prevenção de acidentes durante períodos de chuva.

SP começa a multar bikes e patinetes elétricos

Multas vão ao CPF dos donos; agentes da CET terão apoio da Guarda Metropolitana

Da Redação

A cidade de São Paulo começou, na terça-feira (13), a fiscalizar o cumprimento das regras de circulação de bicicletas elétricas, patinetes e outros equipamentos autopropelidos. As infrações podem resultar em multa de R\$ 130,16, vinculada ao CPF do condutor identificado. Agentes da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) são responsáveis pelas autuações, com apoio da Guarda Civil Metropolitana (GCM).

As penalidades aplicadas têm como base o artigo 255 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que enquadra como infração média a condução de bicicleta em passeio sem autorização ou de maneira agressiva. A operação também considera as normas aplicáveis a cada tipo de equipamento. Entre as condutas fiscalizadas está o trânsito em áreas reservadas exclusivamente aos pedestres.

Não haverá lançamento de pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH), pois o uso desses equipamentos não exige habilitação. As regras municipais foram publicadas em agosto, mas a aplicação das penalidades ficou para este mês de outubro. O intervalo foi destinado à orientação dos usuários e à preparação da fiscalização.

Nas ciclovias e ciclofaixas sem compartilhamento com pedestres, bicicletas elétricas e equipamentos autopropelidos devem respeitar a velocidade máxima de 20 km/h. A regulamentação diferencia os limites conforme o espaço utilizado e o tipo de veículo, com restrições específicas para áreas de circulação a pé.

Patinetes e demais autopropelidos não podem trafegar em calçadas, em canteiros centrais compartilhados por bicicletas e pedestres nem em outras vias destinadas a quem está a pé. As bicicletas elétricas podem utilizar esses



Usuários de patinetes e bikes poderão ser multados

espaços, desde que não ultrapassem 6 km/h. Esse também é o limite estabelecido para os equipamentos autorizados em ciclofaixas instaladas em calçadas compartilhadas.

Em ruas sem ciclovia ou ciclofaixa da capital, as bicicletas elétricas e os autopropelidos conduzidos com o usuário sentado ou montado podem circular se a velocidade regulamentada da via for de até 50 km/h. Nesses casos, devem permanecer junto ao bordo da pista e seguir no mesmo sentido do trânsito.

Para patinetes e outros autopropelidos conduzidos em pé, a circulação em ruas sem estrutura cicloviária é permitida apenas quando o limite da via não ultrapassa 40

km/h. Mesmo nesses trechos, o equipamento deve manter velocidade de até 20 km/h. Bicicletas convencionais e elétricas não podem circular em vias de trânsito rápido e em rodovias sem acostamento.

A CET prevê também utilizar delimitadores de velocidade específicos para bicicletas elétricas e autopropelidos. A instalação deve evitar a captação da velocidade dos demais veículos, que contam com fiscalização por equipamentos eletrônicos. A companhia também está organizando os procedimentos de recolhimento, guarda e devolução dos equipamentos nos casos em que as medidas forem aplicáveis em SP.

O artigo 269 do CTB prevê

medidas administrativas, entre elas retenção e remoção, nas situações definidas pela legislação. A operação será acompanhada por atividades educativas, com informações no site e redes sociais, distribuição de folhetos e instalação de materiais explicativos em ciclovias e ciclofaixas.

Também estão previstas ações de orientação em parques, escolas e universidades. Nos calçadões do Centro, inclusive na parte histórica, os acessos às áreas de pedestres receberão materiais educativos. A programação inclui faixas e banners para informar os usuários sobre as condições de movimentação nas vias. A fiscalização abrange a circulação pela cidade.

Balé da Cidade leva mostra Oásis à Praça das Artes

Da Redação

O Balé da Cidade de São Paulo apresenta a mostra Oásis nos dias 28 e 29 de outubro, às 19h, na Praça das Artes, no Centro Histórico da capital. A programação é gratuita e reúne 13 números criados pelos bailarinos da companhia, sob a coordenação do diretor Luiz Fernando Bongiovanni. As inscrições serão abertas em 20 de outubro, ao meio-dia, por formulário no site do Theatro Municipal.

As apresentações do espetáculo terão duração de 60 minutos e classificação livre. A Praça das Artes, que abriga a sede do Balé da Cidade, fica na Avenida São João, 281. As duas sessões estão previstas para quarta e quinta-feira, sempre no mesmo horário.

Oásis apresenta ao público

os resultados de pesquisas de improvisação e composição feitas pelo elenco. O trabalho foi desenvolvido a partir de uma metodologia de investigação do corpo, da presença dos intérpretes, do espaço e da musicalidade. A estrutura das composições também integra os estudos que deram origem aos números.

Durante a preparação da companhia, os bailarinos foram convidados a experimentar formas de criação e a explorar as relações entre os movimentos e a música. O elenco desenvolveu os 13 trabalhos. O programa reúne solos, duos, trios e quartetos, com diferentes configurações de participantes em cena.

Segundo a apresentação do projeto, a proposta da apresentação é compartilhar uma etapa do processo de criação



O espetáculo Oásis tem entrada gratuita mediante inscrição

da companhia. A mostra com o Balé da Cidade de São Paulo também registra o encontro entre o elenco e Bongiovanni, que agora é o novo diretor do Balé da Cidade. Os números permitem acompanhar parte

das experiências realizadas pelos artistas nesse trabalho.

A programação completa inclui ainda uma masterclass com Bongiovanni. Na atividade planejada, o diretor explicará a investigação do

corpo presente no espetáculo e apresentará ao público aspectos do processo criativo da companhia. A iniciativa integra a divulgação dos procedimentos utilizados durante a construção da mostra.

A realização da mostra foi anunciada pela Prefeitura da cidade de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa. No site do Theatro Municipal, Oásis aparece na programação de workshops e masterclasses, com entrada gratuita mediante inscrição.

Para participar da mostra, os interessados devem acessar o formulário disponibilizado pela Prefeitura na página oficial do evento a partir das 12h do dia 20 de outubro. As sessões ocorrerão na própria sede da companhia, na Praça das Artes.

DIVULGAÇÃO/BALÉ DA CIDADE DE SP/FOTO COLORIZADA DIGITALMENTE



DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES

Secretaria aprova investimento para realização de obra em avenida

Mogi aprova R\$ 8,9 milhões em pavimentação na Avenida Japão

A Câmara Municipal de Mogi das Cruzes aprovou, nesta quarta-feira (14), o Projeto de Lei nº 151/2026, de autoria da Prefeitura, que ratifica o contrato firmado entre o Ministério das Cidades, a Caixa Econômica Federal e o município para obras de qualificação viária e pavimentação asfáltica na Avenida Japão, no trecho entre o Conjunto Santo Ângelo e o Parque São Martinho. O investimento total previsto é de R\$ 8.982.607,90, sendo R\$ 4.784.689,00 provenientes de recursos federais e R\$ 4.197.918,90 de contrapartida municipal. Segundo o Executivo, as intervenções devem melhorar as condições de circulação e mobilidade urbana, beneficiando pedestres, motoristas e demais usuários das vias públicas. O projeto recebeu parecer favorável das Comissões Permanentes de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. A proposta foi aprovada pelos vereadores com uma emenda modificativa.

Guarulhos lança sistema para agendar espaços

Guarulhos iniciou nesta quinta (15) o funcionamento do Sistema de Agendamento dos Equipamentos Culturais, que permite solicitar espaços municipais pela internet, no portal agendaespaco.guarulhos.sp.gov.br. A plataforma reúne bibliotecas e centros culturais. Para fazer o pedido, é necessário ter 18 anos ou mais e solicitar o espaço com antecedência de 30 a 120 dias. A Secretaria de Cultura e Turismo analisa as solicitações em até 15 dias úteis. Eventos com bilheteria têm taxa de 10% sobre a arrecadação.

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DE GUARULHOS



Município lança plataforma para agendar uso de espaços culturais

Taboão aprova gratificação para gestores escolares

A Câmara de Taboão da Serra aprovou dois projetos de lei complementar relacionados à educação municipal. Um atualiza salários e gratificações de diretores, vice-diretores, supervisores e outros profissionais de suporte pedagógico, com impacto anual estimado em R\$ 3,48 milhões. O segundo altera as regras para contratar professores e auxiliares temporários, prevendo seleção simplificada e prioridade a candidatos aprovados em concurso público. Os textos seguem para sanção do Executivo.

São Bernardo lidera abertura de empresas no ABC

São Bernardo do Campo lidera a abertura de empresas no Grande ABC em 2026, com saldo positivo de 7.905 negócios, segundo o Mapa de Empresas do Governo Federal. O município concentra 31,1% das novas companhias da região e acumula 4.692 vagas de emprego geradas no ano. A expansão é associada à atração de investimentos privados, especialmente no setor logístico, com operações de empresas como Mercado Livre e Shopee.

Suzano

Suzano recebeu, nesta quarta-feira (14), um encontro do programa Negócios da Construção Civil, promovido pelo Sebrae-SP Alto Tietê. Realizado na Associação Comercial, o evento reuniu profissionais para discutir tendências, oportunidades e desafios do setor, incluindo negócios com a China e o desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local.

Arujá

A Câmara Municipal realizou uma Sessão Extraordinária para leitura do projeto de lei complementar que institui o Refis 2026. A proposta da Prefeitura prevê condições especiais para a regularização de débitos tributários e não tributários com o município. A sessão é aberta ao público e terá transmissão pelo canal da Câmara no YouTube.

Santo André

Santo André inaugurou a primeira Casa Terapêutica do ABC, voltada a pessoas em situação de rua com transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas. O acolhimento é gratuito, destinado a maiores de 18 anos. O atendimento pode durar até dois anos e inclui acompanhamento para promover reinserção social e acesso a moradia e trabalho.

Carapicuíba

O vereador Arlen Santos (PODE) solicitou a revitalização do escadão entre as ruas Serra Parana-piacaba e Agulhas Negras, no Jardim Planalto, em Carapicuíba. A indicação foi apresentada na sessão da Câmara de quarta-feira (14). O pedido atende a moradores e busca melhorar as condições de circulação e a segurança de pedestres no local.

São Caetano do Sul

O vereador Olyntho Voltarelli (PSD) propôs que São Caetano do Sul estude a aquisição de veículos 100% elétricos para a frota municipal, com prioridade para serviços essenciais, como a segurança pública. O parlamentar também aponta São José dos Campos como referência, por adotar viaturas elétricas na Guarda Civil Municipal.

Diadema

Diadema retomou as obras do Residencial Sete de Setembro, no Centro, que terá 180 moradias para famílias de baixa renda. O empreendimento receberá R\$ 46 milhões em investimentos e tem prazo de execução de 32 meses. A construção foi interrompida após o abandono pela antiga construtora. Uma nova empresa foi contratada para concluir o projeto.



Pauta incluiu teste genético, cargos comissionados e adoção em Osasco

Osasco aprova divulgação do Teste da Bochechinha

Exame genético pode identificar mais de 500 doenças em bebês

Da **Redação**

O Plenário da Câmara Municipal de Osasco aprovou, nesta quinta-feira (15), durante a 59ª Sessão Ordinária, o Projeto de Lei 129/2026, que estabelece diretrizes para divulgar e incentivar a realização do Teste da Bochechinha no município. Aprovada em segundo turno, a proposta é de autoria do vereador Ralfi Silva (Republicanos) e prevê a divulgação de um exame genético capaz de identificar mais de 500 doenças em bebês.

Segundo o parlamentar, o teste complementa o Teste do Pezinho ampliado, já disponível na rede pública de saúde municipal. O exame utiliza análise do DNA e pode auxiliar na identificação precoce de condições que exigem acompanhamento especializado. A análise abrange 14 categorias, incluindo doenças metabólicas, cardiovasculares, endócrinas, neurológicas, renais e imunológicas, além de deficiências auditivas e alguns tipos de câncer.

Com a aprovação, o projeto segue para análise do prefeito Gerson Pessoa (Podemos), que poderá sancionar ou vetar o texto.

Durante a 9ª e a 10ª Sessões Extraordinárias, os ve-

readores também aprovaram, em dois turnos, o Projeto de Lei Complementar 9/2026, de autoria do Executivo. A proposta altera a estrutura organizacional e administrativa da Prefeitura de Osasco.

Conforme a justificativa apresentada, a mudança atende a uma decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade relacionada a cargos comissionados. A legislação estabelece que 50% dessas vagas devem ser ocupadas por servidores concursados.

Em primeiro turno, foi aprovado o Projeto de Lei 122/2026, da vereadora Stephane Rossi (PL), que altera a lei municipal que instituiu a Semana de Incentivo à Adoção de Crianças e Adolescentes. A proposta busca reforçar ações de incentivo à adoção de crianças com mais de seis anos e de crianças e adolescentes com deficiência, grupos que, segundo a parlamentar, enfrentam dificuldades para encontrar famílias adotivas.

Os vereadores também aprovaram dois Projetos de Decreto Legislativo em discussão única. O PDL 32/2026, apresentado por Josias da Juco (PSD), concede Placa Comemorativa à Transportadora RB.

Campinas abre nova etapa do Concilia com descontos de até 85%

Programa permite renegociar dívidas municipais pela internet; regras são por perfil

Da Redação

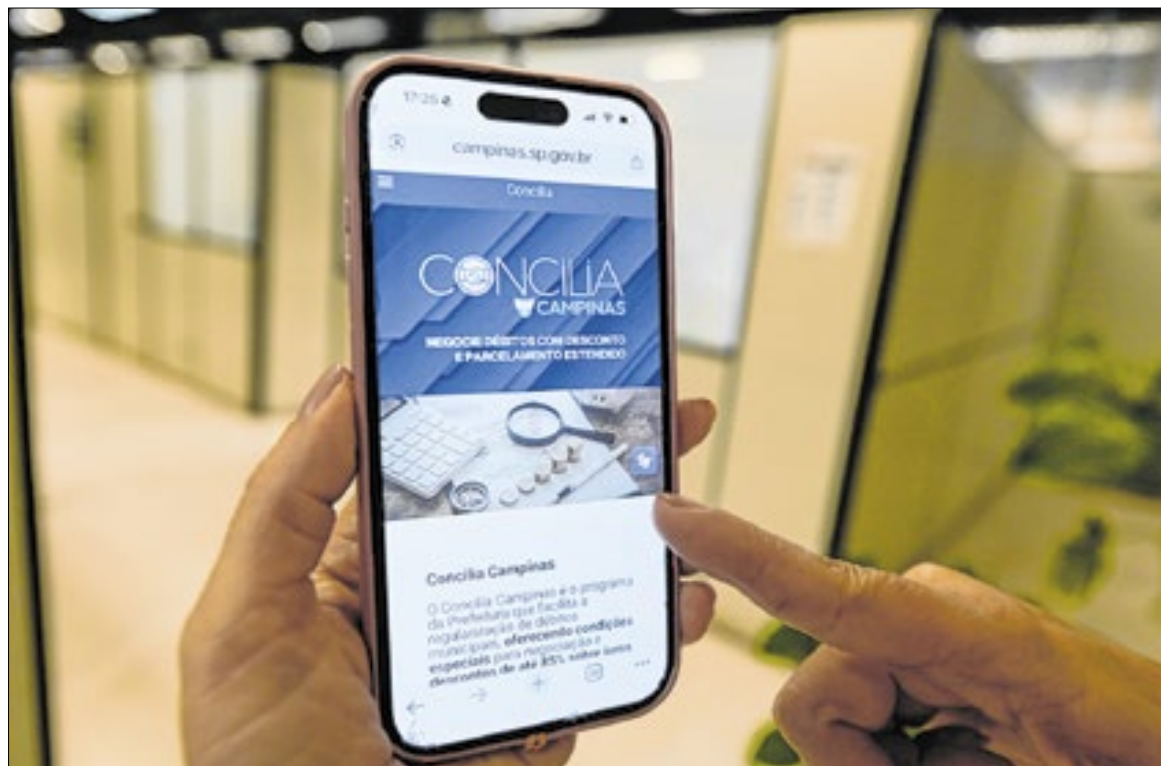
A Prefeitura de Campinas abriu a segunda etapa do Concilia Campinas, programa voltado à negociação de débitos inscritos na Dívida Ativa. A iniciativa contempla principalmente dívidas de IPTU, mas também alcança outros tipos de pendências municipais previstas nos editais.

Segundo a administração municipal, cerca de R\$ 4,8 bilhões em débitos estão aptos à negociação. A adesão deve ser feita pela internet, no Ambiente Exclusivo da área de Finanças, e o prazo inicial é de 45 dias, com possibilidade de prorrogação por igual período.

DESCONTOS E PARCELAMENTO VARIAM CONFORME O EDITAL

O programa foi dividido em dois editais, pensados para perfis diferentes de contribuintes. No edital geral, o desconto pode chegar a 75% sobre multas e juros, após o recálculo pela Taxa Selic, com parcelamento em até 30 vezes e sem limite de valor para adesão.

Já o edital voltado a pequenos devedores oferece condições mais vantajosas, com abatimento de até 85% sobre multas e juros e possibilidade de parcelamento em até 60 vezes. Nessa modalidade, podem participar pessoas físicas, microempresas e em-



Cerca de R\$ 4,8 bilhões em débitos estão aptos à negociação

presas de pequeno porte, respeitados os limites definidos em UFICs por inscrição e por contribuinte.

OBJETIVO É FACILITAR A REGULARIZAÇÃO E RECUPERAR RECURSOS

O procurador-geral do Município, Roberto Granja, afirmou que o programa cria uma oportunidade concreta para que contribuintes regularizem a situação fiscal em condições mais favoráveis. Ele destacou ainda que a medida ajuda Campinas a recuperar recursos que podem ser revertidos em serviços e investimentos na cidade.

Na mesma linha, a procuradora-chefe da Procuradoria Fiscal, Rebecca Farinella Tognella, explicou que os editais ampliam as possibilidades de negociação e atendem públicos distintos, permitindo uma solução adequada para cada caso. Para a Prefeitura, o Concilia também contribui para o equilíbrio das finanças municipais.

HOTSITE REÚNE ORIENTAÇÕES PARA OS CONTRIBUÍNTES

Para facilitar o acesso às informações, a Prefeitura disponibilizou um hotsite com os editais, perguntas e respostas e detalhes sobre quem

pode aderir, quais débitos podem ser negociados, os limites de valor, os descontos e as opções de parcelamento. O conteúdo também deve receber vídeos e tutoriais ao longo da campanha.

Entre os exemplos apresentados no lançamento está o de uma dívida de 2015 que, após a aplicação das regras do programa e pagamento à vista, teve o valor para negociação reduzido de R\$ 104.134,12 para R\$ 31.745,36. O caso foi usado para ilustrar o impacto do recálculo e dos abatimentos oferecidos na nova fase do Concilia Campinas.

Rede Mário Gatti abre inscrições para residência 2027

Da Redação

A Rede Mário Gatti abre no dia 26 de outubro as inscrições para os processos seletivos dos programas de Residência Médica, Multiprofissional e Uniprofissional para 2027. Ao todo, serão 109 vagas, com prazo de inscrição até 23 de novembro e aplicação da prova objetiva em 20 de dezembro, em Campinas.

O edital também prevê pedido de isenção entre 26 e 28 de outubro, pagamento do boleto até 24 de novembro, às 16h, e divulgação da classificação com a primeira chamada para matrícula em 10 de fevereiro de 2027. As informações completas podem ser consultadas nos sites oficiais da banca e da Rede Mário Gatti.

Na Residência Médica, são oferecidas 95 vagas distribuídas em 17 especialidades. Há oportunidades em Anestesiologia, Cirurgia Geral, Clínica Médica, Medicina de Emergência, Medicina Intensiva Adulto, Neurocirurgia, Oftalmologia, Otorrinolaringologia, Pediatria, Medicina de Família e Comunidade, Ortopedia, Cirurgia Pediátrica, Cirurgia Vascular, Coloproctologia, Urologia, Cirurgia de Cabeça e Pescoço e Medicina Intensiva Pediátrica. As vagas contemplam tanto acesso direto quanto programas com pré-requisitos. A taxa de inscrição para essa modalidade é de R\$ 600. Os selecionados recebem bolsa e auxílio-moradia, conforme as regras previstas no processo seletivo. Os programas de Residência Multiprofissional e Uniprofissional somam 14 vagas de enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas e cirurgiões-dentistas.



Os residentes dos três programas recebem bolsa

Aberta seleção para casa de passagem de crianças e adolescentes com 40 vagas

Da Redação

A Prefeitura de Campinas publicou nesta sexta-feira, 16 de outubro, no Diário Oficial do Município, o chamamento público que vai escolher uma organização da sociedade civil para manter uma casa de passagem para crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e 11 meses, com até 40 vagas. A parceria, conduzida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, terá duração de 12 meses, poderá ser prorrogada até o limite de dez anos e prevê repasse de R\$ 4.108.037,00 do Fundo Municipal de Assistência Social, com recursos do



O chamamento público que vai escolher uma organização da sociedade civil

próprio município.

A casa de passagem é a porta de entrada da rede de acolhimento. Funciona 24 horas por dia e recebe, em situa-

ção de emergência, crianças e adolescentes que precisam ser afastados da família com urgência, encaminhados pelo Conselho Tutelar ou levados

diretamente ao serviço.

A permanência é provisória: a equipe técnica estuda cada caso para definir se a criança volta para casa, vai para parentes ou pessoas próximas com quem tenha vínculo de afeto ou segue para um serviço de longa permanência, como um abrigo, quando não pode voltar logo para a família.

Neste ano, as casas de passagem da cidade têm operado acima da capacidade, porque os abrigos estão lotados e as transferências demoram. A regra do Estatuto da Criança e do Adolescente que manda manter irmãos juntos sempre que possível.

CARLOS BASSAN/PREFEITURA DE CAMPINAS

CARLOS BASSAN

Impasse ameaça a realização da Festa das Nações em Nova Odessa

Entidades alegam que indefinição inviabilizou festa e Prefeitura propõe adiamento

Da Redação

A 39ª edição da Festa das Nações de Nova Odessa não tem realização confirmada em 2026, após divergência entre a Associação das Entidades Assistenciais de Nova Odessa (AEANO) e a Prefeitura sobre as condições e a data do evento. A associação afirma que as negociações iniciadas em março não resultaram em definição viável para organizar a programação. Já a administração municipal sustenta que a festa não foi cancelada e propõe realizá-la em 4, 5 e 6 de dezembro.

A edição estava prevista inicialmente para 6, 7 e 8 de novembro. Segundo a AEANO, uma data chegou a ser definida durante as tratativas, mas não foi mantida. A entidade relata que transferir a festa para dezembro foi considerado inadequado pelas organizações participantes.

A associação argumenta que o fim do ano concentra férias, compras de Natal e outras despesas das famílias, fatores que podem reduzir o público e as vendas nas barracas. Por isso, as entidades avaliam que o prazo e o período proposto não permitiriam preparar uma edição com estrutura e arrecadação compatíveis com a tradição do evento. A AEANO informou que pretende retomar a festa em 2027 e continua



Festa reúne gastronomia internacional e destina a renda das barracas às entidades assistenciais do município

aberta ao diálogo com o município.

A Prefeitura apresenta outra versão sobre o impasse. Em posicionamento divulgado pelo governo local, afirma que a Festa das Nações não foi cancelada e que trabalha para viabilizar a realização em dezembro. O município declarou que houve conversas para organizar a programação. A administração também informou que o evento obteve aprovação pela Lei Rouanet, mecanismo federal de incentivo à cultura, e que procura apoio de empresas para custear a realização.

A divergência envolve as

finanças das entidades assistenciais. A renda obtida com a venda de pratos típicos é destinada às organizações participantes, que usam os recursos para manter atendimentos à população e pagar despesas operacionais. De acordo com a AEANO, a festa é uma das principais oportunidades de arrecadação do segundo semestre, inclusive para ajudar a cobrir o 13º salário dos funcionários.

Criada em 1987, a Festa das Nações reúne barracas com comidas típicas de diferentes países, atrações musicais e parque de diversões. A programação tradicional

também inclui apresentações musicais e parque de diversões, reunindo moradores e visitantes em torno de atividades culturais e da arrecadação beneficente. Desde 2015, integra o Calendário Turístico do Estado de São Paulo.

A realização em dezembro permanece como proposta da Prefeitura, sem confirmação de adesão das entidades. Enquanto a administração afirma que busca manter o evento, a associação diz que o tempo disponível e as condições para organizar a estrutura comprometeram a participação das organizações em 2026.

Valinhos retira cerca de 5 toneladas de resíduos de ponto de descarte irregular

Da Redação

A Prefeitura de Valinhos retirou cerca de cinco toneladas de resíduos de um ponto de descarte irregular na Rua Rosa Belmiro Ramos, no bairro Ortizes. A limpeza ocorreu pela Secretaria de Serviços Públicos, que instalou placas para reforçar a proibição de jogar lixo no local e evitar novas ocorrências.

O descarte irregular em vias públicas, terrenos baldios e áreas verdes prejudica a conservação dos espaços urbanos e pode causar impactos ambientais. A administração orienta os moradores a encaminhar os materiais aos



Ecopontos recebem materiais de segunda a sábado, das 7h40 às 16h

locais adequados, em vez de abandoná-los na rua.

O município conta com dois ecopontos, que funcionam de segunda-feira a sába-

do, exceto feriados, das 7h40 às 16h. Um deles fica no bairro São Cristóvão, próximo ao ponto que passou pela limpeza. Os espaços recebem resí-

duos e oferecem uma alternativa para a destinação correta dos materiais.

De acordo com o Código de Posturas (Lei nº 2.953/1996), o descarte irregular é proibido e pode resultar em multa. Denúncias podem ser feitas pelos telefones 156, da Prefeitura, e 153, da Guarda Civil Municipal.

O secretário de Serviços Públicos, Lucas Schiavi, conhecido como Fumacinha, afirmou que a conservação dos locais depende da colaboração dos moradores. Segundo ele, a destinação adequada dos resíduos ajuda a manter a cidade limpa e preservar o meio ambiente.

Câmara registra 40 emendas ao Orçamento de Nova Odessa

Da Redação

A Câmara de Nova Odessa registrou 40 propostas de emendas impositivas ao Projeto de Lei nº 74/2026, que define o Orçamento municipal de 2027. Juntas, as indicações dos nove vereadores somam cerca de R\$ 5,74 milhões e seguem para análise da Comissão de Finanças e Orçamento antes da votação em Plenário.

As propostas abrangem Saúde, segurança, mobilidade, esporte, cultura, assistência social e meio ambiente. Na Saúde, há indicações para compra de ambulância e van adaptada, equipamentos hospitalares, exames e melhorias nas unidades básicas. Também foram sugeridos recursos para o SAMU e a Central de Regulação.

Na segurança e mobilidade, os textos incluem câmeras de monitoramento, equipamentos para a Guarda Civil Municipal, sinalização viária e semáforo na Avenida Antônio Rodrigues Azenha. Para esporte e lazer, há propostas de playgrounds, reforma de pista de skate, complexo esportivo e materiais para equipes. Outras indicações contemplam eventos culturais, entidades sociais, causa animal e veículo para a Secretaria de Meio Ambiente.

As emendas impositivas são previstas no artigo 133-A da Lei Orgânica Municipal. Após a aprovação, sua execução é obrigatória, com 50% dos recursos destinados à Saúde. As propostas ainda passarão pela avaliação técnica da comissão antes de serem votadas pelos parlamentares.



Indicações abrangem ambulância, segurança e lazer

SÉRGIO CABRAL

Jornalista

Arqueologia de um Rio à deriva

A arqueóloga Tânia Andrade Lima foi baleada durante um assalto no Leblon, na Zona Sul do Rio, na tarde da última quinta-feira (15), depois de sacar dinheiro em uma agência bancária. Tânia tem um currículo extraordinário. Pesquisadora sênior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e professora aposentada do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sua produção científica concentrou-se na arqueologia histórica, no estudo da cultura material e na interpretação dos vestígios arqueológicos como fontes para a

compreensão das sociedades do passado.

A arqueóloga foi uma das responsáveis pela descoberta dos vestígios do Cais do Valongo, um dos marcos mais importantes da arqueologia na recuperação física e memorial da crueldade humana da escravização de africanos pelo Império Português e pelo Império Brasileiro. Ali chegavam os escravizados que eram negociados e vendidos como mercadorias.

Tânia, uma senhora de 81 anos, aposentada, foi atacada por um delinquente ao sair de uma agência bancária. Retirou seus recursos no caixa da agência e caminhava tranquilamente pela Rua Venâncio Flores, no Leblon. Em poucos minutos, teve seu dinheiro roubado e foi alvejada por três tiros na mão, no ombro e no pescoço. Tânia está hospitalizada.

A situação da grande arqueóloga é a síntese do que o Rio vive. Uma cidade que tem o melhor e o pior da existência humana. O Rio de milhões de escravizados e o Rio do samba, do chorinho e do funk. O Rio da família real que viveu às custas da exploração humana em um palácio na Quinta da Boa Vista, mas que se tornou o Museu Nacional, orgulho da ciência e da cultura. Que pega fogo, destruindo grande parte de seu acervo, e que se recupera e reabre suas portas à população e à produção científica (que não parou) de novo. O Rio da arqueóloga Tânia Andrade Lima e o Rio de delinquentes que, à luz do dia, no bairro com um dos metros quadrados mais caros do Brasil, roubam, atiram e fogem impunes.

Qual dos Rios vencerá essa peleja?

JOELSON DIAS¹ E HADÉLIA NATÁLIA MARIA DE ANDRADE LEUTHIER PEREIRA²

1-Advogado.Mestre em Direito pela Universidade de Harvard. Ex-Ministro Substituto do Tribunal Superior Eleitoral. 2 - Graduada em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba. Pesquisadora em Direito Digital, Inteligência Artificial e Direitos Fundamentais.

Dark Patterns e Inteligência Artificial: desafios à democracia

A crescente digitalização das relações sociais e políticas transformou profundamente a forma pela qual cidadãos, instituições e plataformas digitais interagem no ambiente virtual. As interfaces digitais deixaram de desempenhar função meramente instrumental para assumir papel ativo na organização das escolhas dos usuários, influenciando comportamentos, direcionando decisões e condicionando a forma pela qual informações de natureza social, política e eleitoral são apresentadas. Nesse cenário, emergem os dark patterns (“padrões obscuros”, tradução dos autores), expressão cunhada pelo designer britânico Harry Brignull, em 2010, para designar estratégias deliberadas de design de interface concebidas para influenciar, direcionar ou manipular o comportamento dos usuários, induzindo-os à adoção de decisões que podem contrariar seus próprios interesses ou comprometer sua liberdade de escolha. Embora inicialmente identificados, sobretudo, nas relações de consumo, tais mecanismos assumem especial relevância quando empregados na esfera política, na medida em que a arquitetura das plataformas pode interferir na maneira como cidadãos recebem informações, formam preferências e exercem sua liberdade de escolha política.

Pontua-se que a utilização dessas práticas está relacionada às transformações da economia digital e à centralidade adquirida pelos dados pessoais na organização dos ambientes virtuais. Conforme observam Couldry e Mejias (2019), em The Costs of Connection: How Data Is Colonizing Human Life

and Appropriating It for Capitalism (“Os Custos da Conexão: Como os Dados Estão Colonizando a Vida Humana e Apropriando-se dela para o Capitalismo”, tradução dos autores), os dados pessoais passaram a constituir um dos principais ativos da sociedade contemporânea, inserindo-se na lógica do denominado capitalismo de vigilância, expressão desenvolvida por Zuboff (2021), em The Age of Surveillance Capitalism (“A Era do Capitalismo de Vigilância”, tradução dos autores), para descrever uma ordem econômica baseada na apropriação da experiência humana como matéria-prima para práticas de extração, previsão e comercialização de comportamentos futuros. Essa dinâmica ultrapassa a esfera econômica, pois a coleta e análise de dados permitem identificar preferências e vulnerabilidades individuais, tornando possível direcionar conteúdos e estratégias de comunicação política.

Embora nenhuma decisão humana esteja completamente dissociada de fatores emocionais, sociais ou cognitivos, a exploração dessas vulnerabilidades por sistemas digitais capazes de personalizar e prever comportamentos suscita questionamentos quando direcionada ao eleitor. No ambiente democrático, a liberdade de escolha pressupõe condições para que o cidadão forme suas preferências políticas sem mecanismos ocultos de manipulação, especialmente diante de dark patterns que podem ocultar informações, apresentar alternativas de forma assimétrica ou induzir determinadas interações. Embora o ordenamento jurídico brasileiro ainda não disponha de disciplina específica sobre essas práticas na esfera político-eleitoral, a Constituição da República de 1988 e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709 de 2018) oferecem parâmetros relevantes, especialmente pela proteção à liberdade de informação, ao pluralismo político, aos direitos políticos e à autodeterminação informativa. Tal análise também exige superar a compreensão das tecnologias digitais como instrumentos neutros, pois, conforme

destacam Castells (1999) em “A sociedade em rede” e Crawford (2021) em Atlas of AI: Power, Politics, and the Planetary Costs of Artificial Intelligence (“Atlas da IA: Poder, Política e os Custos Planetários da Inteligência Artificial”, tradução dos autores), elas integram estruturas sociais, econômicas e políticas atravessadas por escolhas, interesses e relações de poder. Assim, quando potencializados pela inteligência artificial, os dark patterns podem ultrapassar a simples organização da experiência digital e atuar sobre a atenção e as preferências dos cidadãos, afetando as condições de formação da vontade política.

Ademais, a análise dos dark patterns não pode ser dissociada do colonialismo digital, marcado pela concentração do poder tecnológico e informacional nas grandes plataformas e pela apropriação massiva de dados. Conforme explica Srnicek (2016), em Platform Capitalism (“Capitalismo de plataformas”, tradução dos autores), as plataformas organizam suas atividades a partir da coleta, processamento e monetização de grandes volumes de dados, convertendo as interações dos usuários em ativos estratégicos. Nesse contexto, a arquitetura das interfaces não apenas organiza a experiência do usuário, mas pode participar ativamente da disputa pela atenção e pela formação das preferências políticas. Quando sistemas de IA identificam padrões de comportamento e adaptam, em tempo real, a forma de apresentação dos conteúdos, os dark patterns deixam de representar apenas escolhas de interface e passam a integrar mecanismos mais sofisticados de direcionamento. No ambiente eleitoral, esse fenômeno ganha relevância ao tornar menos visíveis os mecanismos de influência, permitindo que algoritmos e plataformas não apenas selecionem o que chega ao eleitor, mas condicionem como a informação política é apresentada, fazendo da arquitetura digital parte da própria disputa democrática.

BENITO LIAO

Representante de Taiwan no Brasil

A participação de Taiwan nas Nações Unidas

É chegada a época do ano em que as Nações Unidas se reúnem. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para explicar aos nossos amigos brasileiros que Taiwan é um importante ator global na fabricação de semicondutores e desempenha um papel crucial no desenvolvimento da indústria de inteligência artificial e na cadeia de suprimentos de tecnologia.

Além disso, o Estreito de Taiwan é uma importante rota marítima internacional, com aproximadamente metade dos navios de carga do mundo transitando por ele. Portanto, a grande maioria dos especialistas internacionais em geopolítica reconhece que a segurança e a estabilidade de Taiwan são vitais para o desenvolvimento econômico global, e é importante que todos os países estejam atentos a essa questão. Embora o Brasil esteja geograficamente distante de Taiwan, ambos compartilham o apreço pela paz e pela estabilidade. Esperamos também que nossos amigos brasileiros estejam atentos à importância de preservar a paz e a estabilidade no Estreito de Taiwan.

O tema da Assembleia Geral da ONU deste ano é:

Restaurando a confiança, gerenciando a transformação: Uma Organização das Nações Unidas que atenda a todos. No entanto, a realidade é que os 23,5 milhões de habitantes de Taiwan ainda estão excluídos da ONU e de suas agências especializadas.

As práticas discriminatórias da ONU contra Taiwan nos últimos anos violaram o espírito da Carta da ONU e minaram sua inclusão e universalidade.

A participação na ONU é um direito de todos os habitantes da aldeia global, não um privilégio de poucos. Exortamos a ONU a cessar suas políticas discriminatórias equivocadas contra Taiwan, incluindo a recusa de entrada de portadores de passaportes taiwanês e até mesmo de jornalistas em atividades relacionadas à ONU.

Durante muitos anos, a China interpretou de forma errônea a Resolução 2758 da ONU, adotada em 1971, induzindo a comunidade internacional ao erro. Na verdade, a resolução não afirma que Taiwan faça parte da China, nem autoriza a China a representar Taiwan no sistema da ONU. Exortamos a ONU a manter uma

postura justa, a parar de ceder à pressão da China e a permitir a participação significativa de Taiwan na ONU e em suas agências especializadas.

Taiwan possui uma experiência bem-sucedida em desenvolvimento e está disposta a compartilhar sua democracia madura e estável, seus ideais de paz e sua determinação pelo desenvolvimento sustentável nas Nações Unidas. A comunidade internacional deve buscar maneiras adequadas de aceitar a participação de Taiwan para que ela possa contribuir ainda mais para o mundo.

Ninguém deve ser excluído. Taiwan tem o direito de participar das Nações Unidas, contribuindo com o fortalecimento da responsabilidade compartilhada e dos esforços em prol de desafios globais, ajudando a promover os princípios universais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável globais consagrados pelas Nações Unidas. Conclamamos todos a apoiarem a participação significativa de Taiwan nas Nações Unidas, em benefício do progresso, da cooperação e da prosperidade globais.



Para Freres, sinais são favoráveis agora a Lula

Diretor do Indexa: “Há um sinal de crescimento de Lula”

Na semana passada, o diretor do Instituto Indexa, Arílton Freres, que faz pesquisas para o Estadão/Broadcast, dizia sobre a corrida eleitoral que a possibilidade de uma virada de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, que tenta a reeleição, sobre Flávio Bolsonaro (PL), seu adversário que terminou o primeiro turno em primeiro, era “possível” mas “improvável”. Avaliando, porém, a evolução esta semana a partir da pesquisa que fez e das demais divulgadas, Arílton muda seu prognóstico. “Não dá mais para dizer que é improvável. Há agora, de fato, um sinal de crescimento de Lula”, diz o diretor do Indexa. É um sinal, porém, ele alerta, modesto. “Sempre disse que essa seria uma eleição muito disputada e definida no detalhe”, pondera. “Mas os movimentos agora de fato apontam para uma tendência favorável a Lula na corrida eleitoral”. Tudo agora, diz ele, irá depender dos erros e acertos das campanhas.

Números dão os sinais

Os números das pesquisas, de fato, dão os sinais. Flávio Bolsonaro chegou ao segundo turno com uma vantagem de 1,8 ponto percentual. Nas primeiras pesquisas divulgadas após o resultado, chegou a abrir cinco pontos de vantagem em alguns levantamentos. Essa vantagem foi se reduzindo. Na Indexa, divulgada na quinta-feira (15), a vantagem de Flávio era de dois pontos: 51% a 49%. Mesmo resultado do Datafolha. Pesquisa PoderData na sexta já apontou rigoroso empate entre os dois: 50% a 50%.



Há muito, esquerda não fazia atos tão expressivos

Flávio cometeu erros. Lula acordou

Em conversas anteriores, Arílton Freres já observara a sensação de que Flávio Bolsonaro tinha calçado um salto alto depois do primeiro turno que poderia prejudicá-lo. Alguns dos seus aliados já davam a eleição como favas contadas. Algo parecido com o que fez Lula e parte da sua militância imaginando que venceria no primeiro turno. Agora, avalia o diretor do Indexa, observa-se esse e outros erros de Flávio. Em contrapartida, Lula e o PT parecem ter acordado da sua letargia. “As manifestações de rua foram impressionantes”.

Movimentos erráticos

Para Arílton Freres, alguns “movimentos erráticos” de Flávio teriam contribuído para o crescimento de Lula. O maior deles o posicionamento sobre o fim da escala 6x1: primeiro contrário, depois votando a favor e depois sinalizando que poderia derrubar a PEC caso fosse eleito. As pesquisas mostram amplo apoio da sociedade ao fim dessa escala de trabalho. Na média, a aprovação sempre foi em torno de 70%.

Migra para nulo

Arílton Freres aponta, porém, para um fator importante na última pesquisa do Datafolha. Flávio teve, no levantamento, uma queda nas suas intenções de voto. Mas Lula não subiu. Os votos perdidos por Flávio tornaram-se em branco ou nulos. Como o Indexa não tinha feito outra pesquisa no segundo turno não tem o mesmo dado.

Alerta para Lula

“Esse dado é um alerta importante para Lula”, observa o diretor do Indexa. Ele lembra que Flávio experimentou antes do primeiro turno um movimento de queda semelhante, que foi também para nulo. “Depois, esses votos votaram para ele”, analisa. “Esse é um risco para Lula, que vai precisar ser observado nesta última semana”, diz.

Redes sociais

Além dos atos nas ruas – há muito tempo não se viam manifestações tão grandes feitas pela esquerda –, Arílton Freres observa o forte crescimento nas redes sociais. “Houve um aumento expressivo da presença nas redes, retirando o domínio que se via antes somente da direita”, diz o diretor do Indexa. Há uma associação entre redes e ruas.

Jovens

Os atos nas ruas foram principalmente organizados a partir de estudantes e fadons. A pesquisa Indexa e também a Datafolha mostra que houve uma inversão no apoio entre os mais jovens. Segundo o Datafolha, Lula tem agora 50% dos eleitores entre 16 e 24 anos, contra 43% de Flávio. Na Indexa, Lula ficou com 53,5% e Flávio com 31%.

Detalhe

Assim, Arílton Freres volta a dizer o que tem dito desde o primeiro turno: será uma eleição definida “por um detalhe” a favor de um ou outro candidato. No primeiro turno, ele observou, e registramos no Correio Político, o movimento de voto útil que saiu dos demais candidatos do campo conservador para Flávio Bolsonaro.

Para onde sopra o vento

Agora, será preciso ver que “detalhe” irá surgir nesses dias finais da corrida eleitoral. Para Arílton Freres, Lula entrou na última semana de campanha com o vento a seu favor. Mas em uma disputa acirradíssima, empatada. Para onde soprará o vento no domingo, se muda ou não de direção, ninguém com prudência arrisca de fato dizer.



PEC que põe fim à escala 6x1 foi promulgada na sexta-feira

Fim da 6x1 causa impactos, mas prejuízos podem não ser evitados

Especialistas avaliam no Correio da Manhã as consequências da mudança

Por **Gabriela Gallo**

Foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 141, que acaba com a jornada de trabalho na escala de seis dias de trabalho para somente um dia de descanso (6X1). A partir de agora, trabalhadores contratados em regime de carteira assinada passam a obrigatoriamente ter dois dias de folga na semana, com a a jornada semanal de trabalho reduzida de 44 horas para 40 horas semanais, sem redução salarial. Esta é a primeira mudança referente ao período de horas trabalhadas para empregados contemplados pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988.

A transição das novas regras ocorrerá em dois estágios, de maneira gradual, ao longo de catorze meses. No primeiro estágio, após 60 dias da data de promulgação, a jornada de trabalho terá que ser reduzida de 44 horas para 42 horas semanais e já devem ser ofertados dois dias de descanso, preferencialmente com um dos dias sendo aos domingos. Considerando que as mudanças foram promulgadas no dia 16 de outubro, a partir do dia 16 de dezembro os trabalha-

dores já precisam estar na escala de trabalho 5X2.

Já a segunda etapa do período de transição começa a ser contada a partir do dia seguinte à implementação dessas mudanças. Ou seja, a partir do dia 17 de dezembro, empresários terão doze meses para organizarem suas equipes e funcionários, já na escala 5X2, e ao final desse prazo instalar a jornada de trabalho em 40 horas semanais para funcionários de carteira assinada.

O mestre em Direito, especialista em legislação internacional e professor da Estácio Brasília Armino Madoz ponderou que o risco de precarização das contratações trabalhistas deve ser considerado. Contudo, isso não pode ser tratado como uma consequência inevitável da ampliação do descanso para o trabalhador.

A reportagem ainda conversou com a advogada trabalhista Maria Inês Vasconcelos. Ela destacou que o risco de informalidade nas empresas deve ser considerado em “setores com margens reduzidas e necessidade de funcionamento contínuo”, como indústria, transporte e logística. “A transição precisa ser acompanhada de planejamento e negociação coletiva”.

Do trabalho sem limite de tempo ao fim da escala 6x1

Congresso promulgou o fim da escala de seis dias de trabalho

Da Redação

A promulgação da emenda constitucional que extingue a escala de seis dias de trabalho para um de descanso marca um novo capítulo da história das relações trabalhistas no Brasil. A mudança, que garante o direito a dois dias de descanso semanal, ocorre após mais de um século de reivindicações por limites à jornada de trabalho e por condições que assegurem aos trabalhadores tempo para atividades além do emprego.

HERANÇA ESCRAVISTA

Antes das primeiras leis trabalhistas, a economia brasileira foi sustentada por séculos pelo trabalho escravizado. Segundo o TST, a história do trabalho livre e assalariado é relativamente recente.

Durante 400 anos, a economia brasileira se apoiou no trabalho realizado por pessoas escravizadas. Já o período de trabalho livre e re-

munerado tem pouco mais de um século.

Essa herança ajuda a explicar por que a construção dos direitos trabalhistas ocorreu de forma gradual.

PRIMEIROS PASSOS

No início do século 20, trabalhadores passaram a se organizar para reivindicar direitos e limites para a jornada de trabalho. No período, a ausência de regras gerais permitia jornadas extensas em diversos setores da economia.

Segundo o histórico do MTE, em 1912, a Confederação Brasileira do Trabalho (CBT), criada durante o 4º Congresso Operário Brasileiro, defendia uma pauta que incluía a jornada de oito horas diárias e a semana de seis dias de trabalho.

Também estavam entre as reivindicações a indenização por acidentes de trabalho, o salário mínimo, o seguro obrigatório para doenças e a pensão para velhice.



Antes das primeiras leis trabalhistas, a economia brasileira foi sustentada por séculos pelo trabalho escravizado

Ministério, Justiça e CLT. Poucos anos depois, em 1918, o governo federal criou o Departamento Nacional do Trabalho, uma das primeiras estruturas estatais voltadas à regulamentação das relações trabalhistas.

A institucionalização da proteção ao trabalho avançou em 1923, com a criação do Conselho Nacional do Trabalho. O órgão é apontado pelo TST como um dos marcos iniciais da estrutura que daria origem à Justiça do Trabalho brasileira.

Na década de 1930, com a criação do Ministério do Trabalho pelo governo de Getúlio Vargas, o direito do trabalho passou por um processo de ampliação, organização e re-

gulamentação.

Segundo o TST, esse movimento culminou na instalação da Justiça do Trabalho, em 1941, e na consolidação da legislação trabalhista nos anos seguintes.

Um dos principais marcos desse processo foi a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, que reuniu e organizou a legislação trabalhista existente.

DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL AO FIM DA ESCALA 6X1

Durante grande parte do século 20, a jornada semanal máxima prevista na legislação brasileira era de 48 horas.

A Constituição Federal de 1988 promoveu uma das mudanças mais importantes

nesse modelo ao reduzir o limite para 44 horas semanais, mantendo o teto de oito horas por dia.

A promulgação do fim da escala 6x1 representa agora mais uma alteração relevante nessa trajetória.

Ao assegurar dois dias de descanso por semana, a nova regra modifica uma forma de organização do trabalho que permaneceu por décadas em atividades como comércio e serviços.

A medida amplia o período de descanso dos trabalhadores e se soma a uma série de mudanças que, ao longo da história brasileira, buscaram limitar o tempo dedicado ao trabalho e ampliar direitos dos brasileiros.

Testou na loja e comprou on-line? Veja os direitos

Da Redação

A forma de comprar dos brasileiros está mudando, e as lojas físicas passaram a funcionar também como vitrines para o comércio eletrônico. Muitos consumidores visitam estabelecimentos para conhecer, experimentar ou testar produtos, mas finalizam a compra pela internet, onde podem encontrar preços mais competitivos. O comportamento traz desafios para o varejo e levanta dúvidas sobre os direitos do consumidor quando a compra é realizada em um canal diferente daquele em que o produto foi avaliado.

Uma das principais questões envolve o direito de arrependimento. De acordo com o artigo 49 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), quem

realiza uma compra fora do estabelecimento comercial, como pela internet, pode desistir do negócio no prazo de sete dias, contado da assinatura do contrato ou do recebimento do produto ou serviço, conforme o caso. A regra não exige que o consumidor apresente uma justificativa para a desistência.

A possibilidade de desistir da compra, porém, depende da forma como o negócio foi efetivamente realizado. Se o consumidor vai até uma loja, conhece o produto e conclui a aquisição presencialmente, não existe um direito geral de devolução apenas porque mudou de ideia. Nesses casos, a troca por preferência pessoal depende, em regra, da política oferecida pelo estabelecimento. Já situações que envolvem defeitos, descumprimento da oferta ou



Mudança no varejo levanta dúvidas sobre trocas e devoluções

outros problemas devem ser avaliadas conforme as regras específicas do CDC.

O advogado Bruno Medeiros Durão, fundador da DAP Advocacia e especialista em Direito Tributário e Di-

reito Bancário, destaca que a transformação do varejo exige atenção às relações entre empresas e clientes, especialmente diante da integração entre os canais de venda.

“O consumidor precisa en-

tender que pesquisar, experimentar e comprar são etapas diferentes, e que os direitos aplicáveis dependem de como a contratação foi realizada. Nas compras feitas pela internet, existe a previsão legal do direito de arrependimento. Já em uma compra presencial, a simples mudança de ideia não garante automaticamente a devolução do dinheiro. Conhecer essas diferenças ajuda a evitar conflitos e permite que o consumidor tome decisões mais conscientes”, explica o advogado.

Além do direito de arrependimento, outros pontos merecem atenção. Se a empresa anuncia determinada condição de preço, prazo ou característica do produto, a oferta deve ser respeitada nos termos previstos pelo Código de Defesa do Consumidor.



DIVULGAÇÃO/TJRJ

Processos envolvem prêmios não pagos e cobranças acima de R\$ 20 mi

Bets elevam em mais de 1.000% ações na Justiça do Rio em dois anos

O número de ações sobre bets na Justiça do Rio aumentou 1.087% em dois anos, passando de 58, em 2024, para 689, em 2026. Os processos envolvem prêmios não pagos, alteração de cotações, bloqueios de contas e dificuldades para sacar valores. Contra as empresas responsáveis pelas marcas Betano, Bet365 e 7K Bet, apostadores cobram mais de R\$ 20 milhões. A Ana Gaming, responsável pela 7K Bet, afirma que o volume de ações está relacionado ao porte da operação e à base de usuários, sem representar o mérito dos processos. Segundo o desembargador Peterson Barroso Simão, do Tribunal de Justiça do Rio, prevenção, fiscalização e mecanismos de proteção são fundamentais para reduzir os riscos sociais associados às apostas. Dados apontam que as famílias brasileiras perderam R\$ 62,5 bilhões com bets em 2025. O magistrado defende que a prevenção é menos onerosa do que enfrentar os impactos sociais e judiciais.

STF valida reestruturação de carreira do Ibama

O Supremo Tribunal Federal (STF) validou, por unanimidade, a lei que reestruturou a carreira de especialista em meio ambiente no Ministério do Meio Ambiente e no Ibama. Na ADI 3159, a Corte entendeu que as mudanças respeitaram as exigências de concurso público, escolaridade e remuneração equivalente. Os ministros também afastaram alegações de vício de iniciativa e aumento indevido de despesas, destacando que a reestruturação reduziu o número de cargos e respeitou os limites orçamentários.



IBAMA/DIVULGAÇÃO

Decisão unânime confirma lei que reorganizou cargos federais

STF derruba cobrança do Funrural anterior a 2018

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a cobrança do Funrural de produtores rurais pessoa física antes de 1º de janeiro de 2018, incluindo a obrigação de empresas compradoras recolherem o tributo em nome dos produtores. A decisão foi tomada na conclusão do julgamento da ADI 4395. Após a Lei 13.606/2018, a contribuição calculada sobre a receita bruta e a regra de sub-rogação foram consideradas constitucionais. O ministro Dias Toffoli apresentou voto intermediário e redigirá o acórdão.

STJ mantém corte de servidores da Cultura do Rio

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, manteve a decisão que determina a exoneração de 20% dos comissionados da Secretaria de Cultura do Rio. A pasta tem 336 servidores em cargos comissionados e apenas 16 efetivos. Segundo o MPRJ, 132 comissionados não exercem funções de direção, chefia ou assessoramento. O governo alegou risco de interrupção de projetos e serviços com a saída de 67 servidores.

Pena Justa no Acre I

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lança, nos dias 19 e 20 de outubro, duas iniciativas do programa Pena Justa no Acre: a Central de Regulação de Vagas, para combater a superlotação, e o Emprega LAB, voltado à inclusão profissional de presos e egressos. O estado tem 5.438 pessoas presas para 4.111 vagas, ocupação de 132%.

Pena Justa no Acre II

A Central de Regulação busca adequar a lotação das unidades prisionais à capacidade legal. Já o Emprega LAB pretende ampliar o acesso ao trabalho remunerado e à qualificação. No Acre, cerca de 37% da população prisional não trabalha. A proposta reúne poder público, empresas e organizações para fortalecer a reintegração e reduzir a reincidência.

Propaganda eleitoral I

O ministro Marco Aurélio Bellizze, do TSE, determinou que a Meta garanta tratamento igualitário às candidaturas de Lula (PT) e Flávio Bolsonaro (PL). A decisão proíbe reduzir a distribuição de publicações, impedir recomendações ou restringir buscas relacionadas aos candidatos. O descumprimento prevê multa diária de R\$ 500 mil.

Propaganda eleitoral II

A decisão ocorreu após a campanha de Lula denunciar que a inteligência artificial da Meta não gerava imagens do presidente, mas aceitava comandos relacionados a Flávio Bolsonaro. O ministro afirmou que não há provas de falha deliberada ou recorrente. A determinação não afeta opiniões dos usuários e vale igualmente para as duas candidaturas.

Carreiras federais AGU

A AGU adotará exame eliminatório para concursos de quatro carreiras federais. Os habilitados poderão fazer provas objetivas das quatro áreas com uma taxa. Há autorização para 170 vagas: 50 para advogado da União, 50 para procurador federal, 50 para procurador da Fazenda Nacional e 20 para procurador do Banco Central.

Semana Nacional da Justiça

A Justiça do Trabalho realizará, de 10 a 14 de maio de 2027, a primeira Semana Nacional da Justiça Itinerante e Inclusão Digital, com participação dos 24 TRTs. A iniciativa oferecerá orientação jurídica, audiências, reclamações trabalhistas e emissão de documentos em comunidades vulneráveis e regiões remotas.



Em caso de descumprimento, haverá multa de R\$ 1 mil por trabalhador

Acordo prevê indenização a 4,3 mil demitidos das Casas Bahia

Justiça homologa acordo e estabelece regras para evitar demissões em massa

Da Redação

A Justiça do Trabalho no Distrito Federal homologou um acordo para indenizar 4,3 mil trabalhadores demitidos pelas Casas Bahia, varejista em recuperação judicial desde agosto. Cada funcionário receberá R\$ 7,5 mil, além de aviso prévio, multa de 40% sobre o FGTS, comissões, premiações e compensações devidas a empregados que tinham direito aos benefícios antes do desligamento.

O acordo foi homologado pelo juiz Rogério Neiva, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, após negociação entre a empresa e a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), com intermediação do Ministério Público do Trabalho (MPT). A medida tem abrangência nacional e contempla os empregados incluídos em uma lista apresentada pela varejista à Justiça.

Também foram estabelecidas regras para evitar novas dispensas em massa sem diálogo com os representantes dos trabalhadores. A empresa deverá comunicar ao sindicato da categoria qualquer demissão coletiva com antecedência mínima de 72 horas. O descumprimento poderá resultar em multa de R\$ 1 mil

por trabalhador demitido.

A recuperação judicial das Casas Bahia foi anunciada em agosto, em meio às dificuldades financeiras da companhia. No processo de reestruturação, a varejista fechou cerca de 298 lojas, enquanto sua dívida chegou a R\$ 17 bilhões. O acordo busca garantir o pagamento das verbas aos funcionários desligados e estabelecer procedimentos para futuras demissões em massa.

A procuradora do Trabalho Paula Ávila destacou a importância da negociação coletiva para proteger os empregados em futuras reestruturações, destacando que o compromisso prevê que os sindicatos sejam informados e tenham a oportunidade de participar das discussões antes de novas dispensas coletivas.

A comunicação prévia aos sindicatos permitirá que os representantes dos trabalhadores participem das negociações antes da efetivação de novas dispensas coletivas. Com a homologação judicial, as condições acordadas passam a integrar o compromisso firmado entre as partes, reforçando a necessidade de diálogo entre a empresa e as entidades sindicais em situações de demissões coletivas.